



CONGRESSO NACIONAL DA AMCP-2012

**O próximo Congresso Nacional da AMCP
realizar-se-á em Lisboa a
30 de Novembro e 1 de Dezembro no
Auditório do Instituto S. João de Deus
subordinado ao tema
“A Família no ciclo da vida”**

Entretanto será divulgado o programa completo com
ficha de inscrição, nomeadamente no próximo número
desta revista, que sairá em Outubro.

SUMÁRIO

ABERTURA: A Família, o trabalho e a festa A. LAUREANO SANTOS	5
A Família combate a crise Salvatore CERNUZIO	7
Família e vida humana Cláudio Lemos FONTELES	11
A Família não morreu Andreia POSSIERI	14
Família - o teste definitivo João César das NEVES	19
Família e natalidade - a mais grave das crises Pedro VAZ PATTO	22
Família, casamento e homossexualidade Pe. John FLYYN, LC	25
Família e homofilia Donata FONTANA	29
Família e evolução Lucetta SCARAFFIA	32
Família ou famílias? Isilda PEGADO	39
Família e vida - factos históricos Mons. Vitaliano MATTIOLI	42
ARQUIVO	
Sexo, casamentos e família William Cardeal LEVADA	51
O darwinismo sob diversos pontos de vista Fiorenzo FACCHINI	60
Família - encontro de Milão J. Bóleo-TOMÉ	66
Família em África Thácio Siqueira (trad.)	72
Jérôme Lejeune - um defensor da vida humana A. Laureano SANTOS	75
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	
Ter mais filhos melhora as relações humanas e sociais Lucas MARCOLIVIO ...	89
Família e vida: a UE financia ass. abortivas Antonio GASPARI	92
Família e vida humana 	94
A Família - resposta histórica às crises 	96
Família - futuro da vida humana Salvatore CERNUZIO	97
Família na Europa 	100
Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos (FEAMC) 	102
«ACÇÃO MÉDICA» HÁ 50 ANOS Walter OSSWALD	106
RESUMOS	109

NOTA: Por decisão da Direcção da revista, os AA. não são obrigados a adoptar nos seus textos o novo Acordo Ortográfico

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Pagamento adiantado

Associados da A.M.C.P.: desde que a quotização esteja regularizada recebem a revista sem mais qualquer encargo. Por ano 37.50 €

Não Associados:

<i>Portugal</i>	
Um ano (4 números)	20,00 €
Avulso	5,00 €
<i>Estrangeiro</i>	
Acrescem as despesas de envio	
<i>Estudantes</i>	10,00 €



ACÇÃO MÉDICA
ORGÃO E PROPRIEDADE
DA A.M.C.P.

ANO LXXVI, Nº 2

JUNHO 2012

Fundador

José de Paiva Boléo

Director

J. Paiva Boléo-Tomé

(paivaboleotome@gmail.com)

Administradora

Ana Sarmento

(antoniosarmento55@sapo.pt)

Sub-Director

Alexandre Laureano Santos

(a.laureano@netcabo.pt)

Redactores

Abel Sampaio Tavares

Laureano Santos

Luís Rosário

José Augusto Simões

Vitor M. Neto

José E. Pitta Grós Dias

Conselho Científico

Walter Osswald

Levi Guerra

Daniel Serrão

Henrique Vilaça Ramos

Jorge Biscaia

José Pinto Mendes

Lesseps L. dos Reys

Número de Identificação: 501983589

ISSN – 0870 - 0311 – INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER

Depósito Legal n.º 28367/89 – Dep. D.G.C.S. n.º 106542

Administração: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

<http://amcp.com.sapo.pt>

Redacção: Rua de Santa Catarina, 521 – 4000-452 PORTO – Telef. 222073610

Execução Gráfica: T. Nunes, Lda - Rua Novo Horizonte, 313 – Frejufe – 4475-839 MAIA

Tiragem: 1000 exemplares

**ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS
CATÓLICOS PORTUGUESES**

Sede: Rua de Santa Catarina, 521 — 4000-452 Porto

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente: José Rueff Tavares

Vice-Presidente: João Paulo Malta

Secretário: Ana Félix

Tesoureiro: Ana Sarmento

Vogais: Margarida Neto

Aldina Brás

José Patena Forte

Rui Barreira

Assistente: Conégo Dr. José Manuel Santos Ferreira

Secretária: Maria de Fátima Costa (mfmléal@gmail.com)

NÚCLEOS DIOCESANOS (PRESIDENTES)

Aveiro: Jorge Rodrigues Pereira

Braga: Maria Emília Duarte Oliveira

Coimbra: Augusto Pinto

Faro: Santos Matos

Guarda: Víctor Santos

Lisboa: Sofia Reimão

Porto: Manuel Pestana Vasconcelos

Viana do Castelo: Avelino Gomes Amorim

Viseu: João Morgado

ABERTURA

A FAMÍLIA, O TRABALHO E A FESTA

O Santo Padre quis dar ao Encontro com as Famílias de todo o mundo, ocorrido em Milão, mais um sinal adequado aos sinais dos tempos. As sociedades ocidentais vivem dominadas pela teias de uma crise que as envolve, persistindo os sinais de não abrandar nos tempos próximos. Todos os dias surgem novas e velhas angústias e muitas razões para nos preocuparmos. Sobretudo, porque ao nosso lado vemos muitos irmãos com as suas famílias subjugadas por terem soçobrado os alicerces onde se tinham apoiado para organizar a sua forma de viver e a dos seus filhos. E não encontram sinais de esperança.

As perspectivas de uma maior proximidade entre os homens pela palavra e pela força das imagens, a atenuação das fronteiras entre as culturas, as possibilidades de formação pessoal e colectiva, as novas tarefas que pareciam abrir o mundo do trabalho e facilitar a vida dos mais novos, o início do acesso de todos os povos da terra aos bens da alimentação e da saúde, sobretudo prometidos aos mais frágeis, enfim, uma miragem de que alguma harmonia seria possível entre a produção dos bens criados pela civilização e a sua utilização racional por todas as famílias dos homens, tudo, subitamente, ameaça ruir numa curva apertada da História.

E como acontece sempre nos episódios críticos surgem nestas fases as antigas ameaças, disfarçadas que estavam por camadas de verniz que davam uma imagem ilusória da realidade. Por detrás da crise surge nas sociedades ocidentais a grave questão da não renovação das gerações. O índice de fertilidade da sociedade portuguesa baixou para os níveis mais baixos de sempre, os quais asseguram a impossibilidade de uma sociedade se manter. Os casais monoparentais e o número de filhos fora de um casamento estável têm vindo regularmente a acentuar-se. Os irmãos criados isoladamente e as crianças abandonadas não têm cessado de aumentar nas nossas instituições.

A maior longevidade, uma conquista da nossa cultura, volta-se contra a sociedade organizada pelo aumento do número de doentes crónicos e dependentes de uma tecnologia escassa, distante e cara. Eis uma nova e

gravíssima ameaça pelo agravamento significativo dos indicadores sociais de dependência.

O Santo Padre adverte uma vez mais que as mulheres e os homens são a própria imagem de Deus a transformar o mundo pelo trabalho, pela inteligência, pelo conhecimento e pela técnica. E que também devem transformar o mundo pela virtude e pela moral, sem as quais tudo perde o seu sentido último. Na economia moderna domina uma concepção utilitarista do trabalho e uma obediência quase cega às leis do mercado. A própria lógica da História parece demonstrar que uma visão unilateral da economia dificilmente permitirá um desenvolvimento harmonioso das sociedades, das famílias e das comunidades. A competição exagerada e sem regulação eficaz traz fortes desigualdades, a degradação dos recursos naturais, a corrida ao consumo e a marginalização dos mais débeis.

A reunião de Milão ocorreu sob o signo “da Família, do Trabalho e da Festa”. E diz-nos uma vez mais o Santo Padre: “Da festa dos homens onde a convivência, a amizade, a partilha, a cultura, a vida na natureza, o jogo, o desporto têm o seu lugar. Com a família e com os amigos. Família, trabalho, festa: três dons de Deus, três dimensões da nossa vida que se devem encontrar num equilíbrio harmonioso. Harmonizar os horários do trabalho e as exigências da família, a profissão, a paternidade e a maternidade, o trabalho e a festa. É importante construir sociedades com um rosto humano. Nisto, privilegiai sempre a lógica do ser sobre a do ter: a primeira constrói, a segunda acaba por destruir. É preciso educar-se para crer, em primeiro lugar na família, no amor autêntico: o amor que vem de Deus e nos une a Ele e, por isso mesmo, «nos transforma para superar as nossas divisões e nos fazer ser um só, até que, no fim, Deus seja “tudo em todos” (1 Cor 15, 28)» (Enc. Deus caritas est, 18).”

Alexandre Laureano Santos

Resumo

A Família, o Trabalho e a Festa. Alexandre LAUREANO SANTOS. As sociedades ocidentais vivem numa crise que persiste com sinais de não abrandar nos tempos próximos, na qual as promessas de uma sociedade mais harmoniosa, mais próspera e mais justa parecem soçobrar. A presença do Santo Padre na reunião sobre a Família foi um sinal de renovação dos sinais de Esperança.

A FAMÍLIA COMBATE A CRISE*

Salvatore CERNUZIO

A família é o antídoto da crise económica. Esta foi a afirmação fundamental que se ouviu na Câmara dos Deputados de Itália, onde um rabino falou sobre família, um economista falou de moral, e um sacerdote falou de amor conjugal.

Tudo isso aconteceu durante o congresso “*A família como motor do crescimento económico; Valores e Perspectivas*”, realizado na tarde de 17 de Janeiro no esplêndido salão da Rainha na Câmara dos Deputados, que contou com convidados ilustres, incluindo a Comunidade Judaica de Roma, que compareceu numerosa.

O encontro, organizado pela AISES, Academia Internacional para o Desenvolvimento Económico e Social, quis focar-se sobre o assunto certamente mais debatido neste novo ano: a família, visto de diferentes perspectivas sociais, políticas e principalmente, económicas.

Introduziu os trabalhos Maurizio Lupi, vice-presidente da Câmara dos Deputados, que definiu a família como o “primeiro amortecedor social da crise económica.”

“A família não se deve tornar um elemento, mas **O** elemento do desenvolvimento económico e sobre isso estamos de acordo seja a maioria, seja a oposição”, disse o vice-presidente da Câmara, recordando o compromisso da política com a aprovação da “última manobra financeira” que pela primeira vez, leva a aumentar as isenções em relação ao núcleo familiar e ao número dos filhos”.

* Enviado por ZENIT.org (18 de Janeiro, 2012).

“O hebraísmo e o cristianismo são as duas únicas religiões que colocam a pessoa, a família e os filhos no centro”, disse o director da agência ZENIT, Antonio Gaspari, moderador do simpósio, antes de introduzir o presidente da AISES, Valerio De Luca.

“A família natural tem uma gramática antropológica precisa – exortou De Luca - é fonte de humanidade, lugar do bios, onde cada pessoa encontra a vida e é formada nos afectos, valores, normas, relações”. “Uma família unida leva a uma sociedade mais coesa e solidária e a economia e a política devem proteger esta célula fundamental.”

“Diante da crise que desagrega a família – perguntou-se o presidente da AISES – qual o papel que confiamos à relação homem/mulher, pais/filhos”, acrescentando que “os filhos, que são a verdadeira esperança para o futuro, agora são vistos apenas como uma ameaça e uma limitação do presente. Isso leva o homem a promover o aborto, a esterilização, a fecundação in vitro e todas aquelas outras técnicas que o fazem cobaia de si mesmo e empobrecem a vida”.

“Não se deve mudar a técnica, mas deve-se renovar o coração do homem - concluiu De Luca. A abertura à vida é a principal via para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana e coesa”.

A ausência de uma vontade humana de se abrir à vida e, portanto, à vontade de Deus, e a consequente crise de natalidade foram, de facto, um dos problemas mais abordados no congresso.

Edith Anav Arbib, responsável AISES para o Diálogo Inter-religioso, falou de um “individualismo” pelo qual “confiamos a outros os serviços que antes eram úteis para as necessidades familiares e colectivas”, limitando-nos a uma “fria coordenação que leva a um desenvolvimento económico não sustentável. “

Enrico Letta, pelo contrário, individualizou no “curto-termismo”, ou seja, na tentativa rápida para um resultado imediato, a causa da crise. “A família, entretanto, é o antídoto – explicou – porque constrói dimensões e laços que obrigam a colocar projectos de longo prazo e desafiam o tempo”.

Provocativo e irónico, Ettore Gotti Tedeschi, presidente do IOR,

disse, no entanto, em alta voz que foi justamente o colapso da taxa de natalidade, a partir dos anos 70 até aos dias actuais, que nos levou para a actual situação de crise.

“Se nós, os seis palestrantes, fôssemos o Governo, imediatamente teríamos resolvido o problema económico, porque saberíamos para onde apontar: a família”, exclamou com sarcasmo. Apresentando, então, o breve resumo dos cinco ‘NÃO’, o Presidente da IOR salientou os efeitos negativos que se produzem “quando os nascimentos são interrompidos e se ignoram família e filhos no mundo ocidental.”

NÃO crescimento da economia: “Nos últimos 30 anos não nascem crianças, e o número de moradores que havia na Itália em 1980 manteve-se inalterado, portanto, como fazer para crescer o PIB que só cresce quando se consome mais?”.

NÃO poupança: “Um dos fenómenos dos nossos dias é que os bancos não têm dinheiro - observou - a razão é que já não se economiza há 25 anos ..”

“Em 1975-80 a taxa de acumulação da poupança das famílias italianas era de 27%, hoje é 4,5%! De cem Liras que se ganhava, 27 eram colocadas no banco, entravam no ciclo dos investimentos e das intermediações. Hoje tudo o que se ganha é gasto, consumido, não há recursos para intermediação financeira. “

NÃO casamento: “Porque é que hoje não há possibilidades de se casar antes dos 32 anos? Porque um jovem casal não se pode dar ao luxo de comprar uma casa, devido ao facto de que, embora profissionais, ganhem metade do que se ganhava 30 anos atrás, consequência do aumento dos impostos de 25% para 50%.”

NÃO idosos: “As crianças não nascem e a população envelhece e aposenta-se. Isso significa, economicamente, o aumento de custos fixos: saúde e idade avançada. A sociedade já não tem mais dinheiro para manter os idosos e pensa-se, portanto, na chamada ‘morte súbita’ “ (ou “morte por compaixão”).

NÃO trabalho: “Para poder consumir, terceirizamos na Ásia as produções mais importantes. 50% do que antes era produzido no

mundo ocidental, hoje é importado porque custa menos. Deslocando a produção, também se deslocaram os postos de trabalho. Não há, portanto, mais trabalho e 70-80% são só serviços”.

Na mesma linha falou também Riccardo Di Segni, rabino chefe da comunidade judaica de Roma, que definiu a família como um “*instituto falimentar*”, de acordo com o que nos é apresentado nas primeiras páginas da Bíblia.

“É um paradoxo - disse o rabino -, mas desde o Génesis nos são apresentadas situações familiares negativas: Caim e Abel; José vendido por seus irmãos; Esaú e Jacó, e assim por diante. Isso porém mostra que a família é o lugar da vida, onde se erra, onde há erros cometidos pelos pais, mas sem ela não se pode viver.”

Depois segue-se a panorâmica da crise da família, que na realidade, segundo Di Segni, nada mais é que a “transformação” de um “sistema baseado na família desde o início,” em outro sistema “moderno”(!!) em que “a família patriarcal se tornou família mononuclear; a taxa de fecundidade feminina foi reduzida para 1, 3%; as mulheres dão à luz depois dos 30 anos e não há mais casamentos, mas sim, na melhor das hipóteses, convivências”.

Uma crise da família que levou a uma crise económica, portanto, e uma crise económica que “colocou sob pressão o casal e mesmo o amor conjugal”, como observado por Mons. Leuzzi, capelão da Câmara dos Deputados.

“A lei económica tomou a precedência sobre toda a vida da sociedade, tornou-se ‘alma’, deixando a sua identidade de ‘corpo’, de algo que é instrumental.” “Se queremos recolocar a economia de volta ao seu verdadeiro papel - disse Mons. Leuzzi, na conclusão da conferência; se queremos superar a ideia de que a sociedade só cresce se produzir mais, devemos recuperar o amor conjugal, primeira comunidade onde o homem aprende não só a produzir, mas a construir”.

[Tradução TS]

FAMÍLIA E VIDA HUMANA*

Cláudio Lemos FONTELES**

A vida humana é dinamismo essencial inesgotável e é na família que se torna possível desenvolver esse dinamismo.

A visão positivista, ainda presente no comportamento das pessoas, reduzindo o agir humano ao que pode ser visto e aferido, enclausura os que assim se conduzem numa atitude mecanicista.

A vida humana não pode ser compreendida numa perspectiva tão acanhada, típica no pensamento da uniformidade, que não tolera a diversidade, abomina o inesperado, conduzindo-nos quando não ainda à clonagem da espécie humana, mas ao estabelecimento de padrões comuns de expressão visual.

A vida humana é **dinamismo essencial, vivido a partir da família.**

* Enviado por *ZENIT.org*, em 9 de Março, 2012

** Cláudio Fontelles, foi Subprocurador-geral da República, grau mais alto da carreira, atuou no Supremo Tribunal Federal na área criminal. Coordenou a Câmara Criminal (1991) e a antiga Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos - Secodid (1987). Escolhido pelo Presidente Luís Inácio Lula Procurador da República dos anos 2003-2005. Leccionou Direito Penal e Direito Processual Penal. Recentemente graduou-se em Teologia pelo Instituto S. Boaventura dos Frades Menores Conventuais. É professor de Doutrina Social da Igreja no curso superior de Teologia da Arquidiocese de Brasília. (<http://www.claudionfonteles.blogspot.com>)

Na fecundação – união do espermatozóide com o óvulo – e a partir da fecundação a célula autónoma – zigoto – que assim surge, por movimento de dinamismo próprio, independente de qualquer interferência da mãe, ou do pai, realiza a sua própria constituição, bipartindo-se, quadripartindo-se, no segundo dia, no terceiro dia, e assim por diante.

É, portanto, primeiramente embrião, depois feto, bebé, criança, jovem, adulto, velho.

A vida humana é **dinamismo essencial**.

Justamente, se assim for compreendida, a vida humana é **única e irrepetível**.

Não é linear, de modo que sejamos todos nós, no estágio existencial em que nos encontramos, vistos como no traçado imperturbável de uma linha recta.

A vida humana não é assim.

Complexa, surpreendente, imprevisível, dota-se de parâmetros próprios em cada etapa do seu ser.

Esse quadro de **inesgotabilidade** do viver, que fundamenta a **dignidade** como inscrita no ser humano, por isso **inviolável**, não autoriza que seja eliminada a vida humana, em qualquer etapa do seu ciclo existencial.

Bem recentemente, citado em matéria jornalística produzida em nosso País, o pediatra alemão Roberto Wüsthof, a propósito da bebé anencéfala Marcela de Jesus Galante Ferreira, que já completou seu primeiro ano de vida, sentenciou:

“Casos como o de Marcela certamente seriam incluídos nos protocolos de eutanásia na Holanda. Não faz sentido ser diferente. É como se ela fosse um computador sem processador.” (Veja – 15/08/2007 – reportagem da jornalista Adriana Dias Lopes)

Aí está: “É como se fosse um computador, sem processador”.

Esta é a frase, matriz eloquente de sectores empresariais, científicos, políticos e mediáticos, que querem impor o **establishment** mecanicista. O **establishment** que reduz a vida humana a

algo aferível, colectiva e funcionalmente: “não faz sentido ser diferente”.

A vida humana é dinamismo essencial inesgotável.

Eis porque se impunha ao Procurador-Geral da República o questionamento do **artigo 5º**, da Lei nº 11.105, que permite o uso de células tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos, para fins terapêuticos.

Não me omiti, quando no exercício do cargo, em fazê-lo.

Não se pode matar a vida, ainda que em estágio embrionário, a pretexto de cura.

Primeiro, porque no caso das células-tronco embrionárias não há, no mundo, a comprovação, inclusive, de resultado terapêutico favorável.

Segundo, porque continua aberto o **amplíssimo** horizonte de pesquisas científicas, com as chamadas células tronco adultas, que já apresentam resultados terapêuticos favoráveis.

Aliás, a evolução da ciência é factor incontestável. Hoje, já se sabe que o cordão umbilical é fonte importante para a pesquisa da medicina regenerativa, dada a possibilidade real de pluripotência, que encerra.

E mais, em dias recentes, o método científico de Reprogramação Genética de Células Adultas do próprio paciente, encaminha para a obtenção das propriedades de totipotência nas células adultas, sem que se comprometa o embrião humano.

Reitero a procedência da Acção Directa de Inconstitucionalidade, que promovi, e que significa cessar **uma única** linha de pesquisa, propiciando que permaneça um já presente **amplo leque de pesquisas**.

Assim, a Acção Directa de Inconstitucionalidade em nada compromete a liberdade de pesquisa, até porque não há liberdade quando signifique eliminar vidas humanas na etapa embrionária.

A vida humana é dinamismo essencial inesgotável.

Do embrião ao ancião seja-nos permitido vivê-la.

A FAMÍLIA NÃO MORREU*

Andreia **POSSIERI**

Domingo, 11 de Setembro, em Ancona, Bento XVI concluiu XXV Congresso eucarístico nacional, encontrando-se primeiro com os esposos e os sacerdotes na catedral de São Ciríaco e depois com os noivos na praça do Plesbicino. Um revezamento ideal entre a Jornada Mundial da Juventude de Madrid e o Encontro Mundial para as famílias, que se realizará em Milão em Maio de 2012. Três momentos importantes para a Igreja com repercussões profundas que vão muito além da vida dos católicos, pois dizem respeito a todos com distinção de fé ou credo político: os jovens e os adultos, os filhos e os pais, numa palavra, a família.

Queira ou não, mais do que uma retórica às vezes enfática e estereotipada e de inúmeras análises estatístico-quantitativas que há décadas fotografam a família, é muito importante fazer uma reflexão sobre aquela que até há poucos decénios era considerada pela grande maioria das pessoas a célula fundamental da sociedade. Sobretudo, relativamente às mudanças excepcionais que insidiram, embora de maneira e em latitudes diferentes, nas sociedades ocidentais nos últimos dez anos.

* Publicado pela primeira vez em «L'Osservatore Romano», 17 de Setembro, 2011, a propósito do Congresso Eucarístico de Ancona, Itália, da Jornada Mundial da Juventude, em Madrid e do muito recente Encontro Mundial das Famílias, em Milão.

Mudanças profundas no costume e no estilo de vida, na moral e no *ethos* público, no modo de estar no mundo e de se relacionar com ele. Mudanças que investiram a esfera antropológica e que se afirmaram, não casualmente, entre os anos 60 e 70, no mesmo momento em que emergia em todo o mundo um movimento de jovens instruídos, burgueses e residentes na zona urbana, que se fazia portavoz, além do invólucro pan-politizante e do aspecto ideológico neo-marxista ou rebelde-subversivo, com pretensões anti-hierárquicas, anti-institucionais e libertárias.

O que se afirmava naquela época era a luta dos filhos contra os pais, das filhas contra as mães, dos jovens contra os idosos. Naquele particular segmento histórico começou a tomar corpo, intelectual e concretamente, uma crítica cerrada em relação á família que já não era entendida como o fundamento da sociedade mas, o contrário, como o lugar de origem de todo o autoritarismo, a fonte de todas a alienação, a instituição inclinada à normalização dos comportamentos dos indivíduos.

E precisamente há quarenta anos, em 1971, entre os milhares de livros e panfletos produzidos pela cultura da contestação, foi publicada na Grã-Bretanha um volume com um título muito evocativo, *The Death of Family*, escrito pelo psiquiatra David Cooper, um dos pioneiros da anti-psiquiatria e da contracultura juvenil-revolucionária, inspiradas no movimento de 68. Imediatamente traduzido na Itália pela Einaudi (e presente ainda no catálogo, na colecção «Gli Struzzi»). *A morte da família* sintetiza um húnus cultural e um sentir da época que depois se tornou, através de caminhos frequentemente opostos aos originais, um sentimento comum partilhado e também um *modus vivendi* difundido.

Cooper afirma que a família desempenha um papel fundamental ao inculcar «a base do conformismo, isto é, a normalidade, através da socialização primária da criança» e, enfim, acaba por limitar a própria identidade do indivíduo porque o submete ao primado da instituição, imprimindo-lhe um radicado sistema de tabus, vínculos

e costumes necessários à sobrevivência da própria família. Estas estruturas alienantes da família depois são reproduzidas em todos os lugares – no escritório, na escola, no partido, no exército, nos hospitais. Só a loucura ou a revolta permitem que se fuja disso.

Após quarenta anos daquelas teorizações, pode-se afirmar sem temor de ser desmentido, que a família não morreu, como Cooper profetizou. Contudo, certamente não podemos deixar de reconhecer que precisamente a partir daquele contexto histórico, a família perdeu de modo gradual a centralidade no discurso público que por décadas nenhuma cultura política europeia – excluindo aquela radical – tinha ousado corromper. Por exemplo, pensemos na retórica sobre a família utilizada por quase todos os partidos na Itália, começando pelo PCI, pelo menos até ao fim do anos 60. Ou, façamos referência a uma das últimas grandes manifestações da União de mulheres italianas, antes do movimento feminista, que exactamente em 1971 organizou uma manifestação de quinze mil mulheres que desfilaram com os filhos dentro dos carrinhos pelas ruas de Roma pedindo a instituição das creches.

Portanto, o volume de Cooper, além da sua efectiva difusão e compreensão, é importante pelo menos por três motivos. Primeiro, porque não obstante contenha inumeráveis quedas ideológicas absolutamente irrisórias – por exemplo os louvores a Castro e Mao, os quais segundo Cooper teriam guiado «a nação quase rejeitando a posição de líderes, de modo que «a mente de milhões de indivíduos se anima com as suas próprias qualidades de liderança» – é considerado ainda um clássico da literatura psiquiátrica sobre a família.

Aquele Deus que hoje ao Salmista parece tão distante é, no entanto, o Senhor misericordioso que Israel sempre experimentou na sua história. O povo ao qual o orante pertence foi objecto do amor de Deus, e pode dar testemunho da sua fidelidade. A começar pelos Patriarcas, e depois no Egipto e durante a longa peregrinação pelo deserto, na permanência na terra prometida em também clara cesura

histórica entre o discurso público sobre a família elaborado pela Igreja católica e a sua recepção na sociedade de massa secularizada. De facto, a partir daquele momento a representação social da família sofreu uma separação fundamental. Por um lado, afirmou-se uma visão do mundo que, em nome da ruptura necessária dos vínculos que minavam a liberdade do agir e a autodeterminação, representou a família como o lugar do arbítrio, do conformismo e da repressão. Por outro, contrapôs-se, mas com escasso *appeal* mediático, a afirmação tradicional da família, «santificada pelo cristianismo», como célula fundamental da sociedade na qual se afirma o amor e a solidariedade entre as diferentes gerações que a compõem. Duas visões contrapostas que acabam por ser representadas uma como progressista e dispensadora de liberdade, e a outra como inevitavelmente conservadora reaccionária.

Este esquema dualista afirma-se não obstante as muitíssimas palavras – estas sim autenticamente proféticas – utilizadas naqueles anos por Paulo VI em defesa do «papel primordial» da família «natural, monogâmica e estável». Um papel, afirmou na *Populorum progressio* de 1967, que no curso da história, «pode ter sido excessivo, quando foi exercido em detrimento das liberdades fundamentais da pessoa», mas do qual não se pode deixar de reconhecer a centralidade «no desígnio divino» e que é a base da sociedade.

Além disso, o Papa Montini não só reafirmou, repetidas vezes, a definição de família como «Igreja doméstica», sancionada pelo Concílio Vaticano II, mas na exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* de 1975 confiou-lhe uma missão elevadíssima, muito actual até hoje em tempo de nova evangelização. A família, escreveu Paulo VI, é chamada a «uma acção evangelizadora» no âmbito da qual «todos os componentes evangelizam e são evangelizados». Os pais não só comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. E uma família semelhante torna-se evangelizadora de muitas famílias e do ambiente no qual está inserida». Estas palavras que evocam o amor esponsal entre o

casal e entre os pais e os filhos, durante anos, inspiraram a vida de muitas famílias novas.

E, não obstante isto, há décadas debate-se sobre a crise da família tradicional. O que aconteceu neste intervalo? Talvez fosse aconselhável que uma reflexão sobre estas dinâmicas histórico-culturais, esboçada por alto começasse a pertencer, de qualquer forma, ao grande compromisso de elaboração e de participação, que se realizará em todas as dioceses nos próximos meses, já na perspectiva do encontro de Milão.

FAMÍLIA - O TESTE DEFINITIVO*

João CÉSAR DAS NEVES

Os temas da família são os que mais dividem o nosso tempo. Numa época que aceita pacificamente a liberdade, mercado e democracia, antes tão controversos, é nas questões do casamento, nascimento e morte que se travam os combates culturais. Mas aí existe um teste decisivo.

Portugal anda há muito a reboque das posições extremistas do Bloco de Esquerda. Em poucos anos a legislação saltou de uma atitude equilibrada no quadro mundial para soluções radicais na ponta do espectro. Até há meses a explicação podia ser a vacuidade de valores e oportunismo tático do Governo Sócrates, cuja irresponsabilidade aliás foi geral. Mas esta explicação conveniente e simplista deve ser abandonada. Vigora um governo diferente e a situação, não só não melhorou, mas agravou-se.

O edifício legal anti-família, abusivamente construído pela maioria socialista, mantém-se intocado sem perspectivas de revisão. Pior, permanece toda a prática administrativa e financeira que aproveita esses diplomas para ir subsidiando o aborto, minando o casamento, prejudicando as famílias numerosas, anulando a liberdade educativa. Sobretudo, foi dada continuidade à cavalgada infame, abrindo-se agora a porta a filhos de mães múltiplas.

* Publicado em «Diário de Notícias», 30 de Janeiro, 2012

Perante tal realidade muitos alarmam-se ou desesperam, mas sem justificação. Vivemos uma vaga cultural, como tantas que as gerações anteriores enfrentaram. Hoje é a defesa da família, há cinquenta anos a empresa livre, há cem o voto das mulheres, há duzentos a extinção da escravatura. Em todos os casos havia uma linha ideológica que parecia dominante, imparável, avassaladora, mas que o tempo se encarregou de esgotar. No embate, o choque surge insuportável e definitivo, e muitos cedem, desviam-se, fogem. Depois, como nas violentas ondas do mar, tudo se esfuma. Um exemplo nosso serve bem de ilustração. A 11 de Abril de 1975 CDS e PPD assinaram, junto com PCP, FSP, PS e MDP/CDE, o “Pacto MFA-Partidos”, que preconizava a “continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante”. Hoje, quando sociedade sem classes e a ditadura do proletariado são personagens de pantomima, parece grotesco que partidos responsáveis tenham caído aí. Mas quem viveu esses tempos dramáticos entende-o bem. Daqui a 37 anos os mesmos partidos envergonhar-se-ão das actuais cedências no campo familiar, tanto quanto hoje se sentem embaraçados pelos compromissos do Verão quente.

Como lidar com uma vaga cultural? Esbracejar face à onda é tolice e fugir cobardia. Devem evitar-se a atitude apática e facilitista, que escamoteia a gravidade do tema em nome da paz podre, e o fanatismo intolerante, que transforma essa gravidade em agressão. Nestas discussões vitais existem três exigências básicas. **Primeiro ter ideias claras e opiniões firmes**, ao nível da importância do assunto, com argumentos sólidos e elaborados para as suportar. Depois **respeitar sempre os opositores**, por mais chocantes que sejam as suas posições, procurando um diálogo sereno e profundo. Acima de tudo, **deve reinar a certeza de que no fim a verdade triunfará**. Lutamos, não pelo futuro que só pode ser melhor, mas pelas vítimas pontuais de um mal sem hipóteses.

O Pacto MFA-Partidos não teve consequências por ser parte da

vaga marxista que já se aproximava do fim, após rugir há cem anos. Mas os ataques à família ainda crescem imparáveis para o auge. Será a tibieza do actual Governo mais parecida com os Acordos de Munique de 29 de Setembro de 1938, em que o tímido Neville Chamberlain cedeu à violência triunfante de Hitler, precipitando como cúmplice a futura catástrofe?

A onda lasciva está mais perto do fim do que parece. Já chegou à velhice a geração do amor livre, Woodstock e Maio de 68. E será a velhice mais longa e solitária de sempre. Com uma pesada herança de famílias desfeitas, filhos e netos alheios ou não nascidos, promiscuidade, traição, luxúria, enfrenta agora o teste definitivo. As gerações seguintes aprenderão depressa esta triste lição.

FAMÍLIA E NATALIDADE **– A MAIS GRAVE DAS CRISES –**

Pedro VAZ PATTO

Pouco a pouco, vai crescendo a consciência da crise demográfica que atravessamos, em Portugal e na Europa. Trata-se de uma crise estrutural que, mais do que a crise financeira, compromete o nosso futuro. Aliás, o próprio financiamento do Estado há-de ser cada vez mais problemático, face ao aumento das despesas e à diminuição das receitas que o envelhecimento da população necessariamente acarreta.

O programa do actual governo aborda a questão, apontando para um debate nacional a seu respeito, mas não indicando soluções concretas e imediatas. O ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, no livro *Portugal na Hora da Verdade* (Gradiva, 2011) realça a dimensão estrutural do problema e sugere algumas medidas, salientando que as despesas que possam envolver são necessárias, em contraste com as muitas sugestões de eliminação de despesas públicas que também constam desse livro. Mas essas medidas são ainda pouco precisas ou insuficientes.

A imigração poderá atenuar o problema por algum tempo, mas não o resolverá: porque seria necessário um número de imigrantes muito superior àquele que as sociedades europeias estão preparadas para acolher; porque os imigrantes também tendem a reduzir o

número de filhos e porque Portugal parece ter deixado de ser destino privilegiado de migrações (parece até que voltou a ser país de emigração).

Não será certamente a atribuição isolada de subsídios por ocasião do nascimento de crianças a influenciar a decisão de ter filhos. Há outros exemplos bem sucedidos de políticas que favorecem a natalidade. O sistema fiscal francês, por exemplo, assente no chamado *quociente familiar* (a fixação de taxas em função do rendimento dividido pelo número de filhos), associado a outras medidas, contribui para uma taxa de natalidade das mais elevadas (ou das menos baixas) da Europa. Assim também o regime de licenças de paternidade e maternidade na Suécia.

Há que favorecer a conciliação entre o trabalho e a vida familiar. E há que contrariar a tendência crescente para a precariedade laboral: nesse contexto a decisão de ter filhos é natural e permanentemente adiada.

Mas a *chave da resolução do problema* reside noutro plano. Por muito generosas e adequadas que sejam as medidas económicas e sociais de promoção da natalidade, elas não serão suficientes. **Essa chave situa-se no plano da cultura e da mentalidade.** Nenhuma das políticas acima referidas permitiu a algum dos países da Europa atingir uma taxa de natalidade que garanta a renovação das gerações. Dados recentes indicam que a queda da natalidade na Alemanha, uma das mais sólidas economias europeias, com generosas políticas de fomento da natalidade, não deixa de se acentuar.

Se olharmos à nossa volta, vemos que as famílias que optam por um número de filhos acima da média não o fazem por ter mais recursos ou facilidades do que as outras. Fazem-no, na maior parte dos casos, por uma opção consciente em favor da vida.

Antes de mais, há que **acreditar na família como um projecto duradouro**, assente num compromisso de doação total, não na volatilidade dos sentimentos. Só nesse contexto é razoável a decisão de ter filhos. As mais recentes alterações legislativas, que facilitam em extremo o divórcio e fazem do casamento o mais instável dos contratos, veiculam uma mensagem cultural de sinal contrário. Há que contrariar esta e outras mensagens deste tipo.

Importa contrariar a mentalidade que acentua o individualismo e rejeita os incómodos e sacrifícios que os filhos necessariamente acarretam.

Mas há também uma mentalidade de aparente altruísmo que importa contrariar. A que se nota em expressões como esta: «aos meus filhos quero dar o melhor, e só posso dar o melhor a um». O melhor que se pode dar aos filhos é, porém, a possibilidade de conviver com vários irmãos, e assim beneficiar da melhor escola de socialidade (com as dificuldades inerentes a qualquer socialidade - é certo).

Saber que **a vida é sempre um dom que compensa todos os sacrifícios** – só com esta consciência pode ser vencida a crise da natalidade.

FAMÍLIA, CASAMENTO E HOMOSSEXUALIDADE*

Pe. John FLYNN, LC

O matrimónio homossexual, a proibição de rezar e o cartão religioso

“*Não podemos permitir que este acto de vandalismo cultural e teológico aconteça*”. Com estas palavras, o ex-arcebispo de Canterbury, Lord Carey, descreveu a sua oposição ao projecto do primeiro-ministro britânico de legalizar o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo.

Lord Carey é uma das pessoas que está por detrás da recém-formada Coalition for Marriage (Coligação para o Casamento), que lançou uma campanha de protesto contra a legalização do matrimónio entre pessoas do mesmo sexo, conforme relatado segunda-feira, 20 de Fevereiro, pelo “The Telegraph”.

A Igreja Católica saudou favoravelmente a criação desta coligação. “O matrimónio é uma instituição social fundamental e nem o Estado e nem a Igreja têm o direito de redefinir o significado”, disse o arcebispo de Southwark, monsenhor Peter Smith, presidente do Departamento de Responsabilidade Cristã e Cidadania da Conferência Episcopal da Inglaterra e de Gales.

“Junto com a Igreja da Inglaterra e da nova Coalition for Marriage, vamos incentivar as pessoas a assinarem a petição, registando

* Enviada por ZENIT.org, em 27 de Fevereiro, 2012

a sua oposição à mudança da lei sobre o matrimónio”, acrescentou o prelado num comunicado de imprensa de 20 de Fevereiro.

O debate promete ser muito aquecido. “Lord Carey fica do lado errado, não só da história, mas da moralidade, da compaixão e da razão”, disse um editorial publicado nesta terça-feira, 21 de Fevereiro, no jornal “The Independent”.

A oração nos conselhos municipais

A mudança nas leis do matrimónio não é a única polémica neste momento. A Corte Suprema (*Supremo Tribunal*) declarou recentemente que o Conselho comunal de Bideford (Devon) agiu ilegalmente quando permitiu orar nas reuniões.

O processo, que começou em 2010, foi lançado pela National Secular Society, depois de uma queixa apresentada por um membro ateu do Conselho, Bone Clive, segundo relatos, do dia 10 de Fevereiro, da BBC.

De acordo com o julgamento do juiz Ouseley, as orações podem ser ditas se os conselheiros não forem formalmente convidados a participar.

“A marginalização do cristianismo significa esvaziar o nosso sistema de valores e a nossa cultura, e isso me preocupa mais do que qualquer outra coisa,” disse Lord Carey num artigo publicado dia 11 de Fevereiro pelo jornal “The Times”.

O Conselho Municipal anunciou, portanto, que vai recorrer da decisão e que nesse intervalo, teria mantido o momento de oração antes do início das suas reuniões, conforme relatado pela BBC dia 16 de Fevereiro.

O nível de tensão sobre o tema da religião é tão alto na Grã-Bretanha que a rainha Elizabeth II fez uma rara declaração pública sobre a questão.

“O conceito da nossa Igreja estabelecida vem ocasionalmente mal interpretado, e acredito que, geralmente subestimado”, disse a Rainha, segundo referido pelo “Times” do 15 de Fevereiro.

Num discurso pronunciado na residência em Londres do Arcebispo de Canterbury, Lambeth Palace, a rainha tinha-se dirigido aos chefes de nove credos diferentes, isto é, cristãos, bahá'ís, budistas, hindus, jainistas, judeus, muçulmanos, sikhs e zoroastrianos, declarando: “As nossas religiões oferecem-nos um guia básico de como vivemos nossas vidas e da maneira como nos tratamos uns aos outros.”

Há uma longa história de controvérsias e batalhas legais nos últimos anos. A hostilidade contra os cristãos tem sido objecto de um relatório publicado em Janeiro pela Media Premier.

Do *Report on the Marginalisation of Christianity in British Public Life 2007-2011* (Relatório sobre a marginalização do cristianismo na organização da vida pública britânica 2007-2011) emerge, de facto, que um número significativo de não cristãos sentem um forte preconceito contra os cristãos e contra os cristãos na vida pública.

O relatório criticou a maneira como os media cobriram os processos judiciais sobre a discriminação dos cristãos, e da investigação emerge, além do mais, a existência de um número injustificável de representações negativas dos cristãos nas novelas e nos programas televisivos.

No que diz respeito à maneira como os juízes interpretam as normas sobre a igualdade e sobre a anti-discriminação, Media Premier faz notar que “quando se trata dos direitos em concorrência entre os diferentes grupos, os direitos dos cristãos parecem ser “sacrificados no altar do politicamente correcto”.

Cartão Católico

Como reacção a tudo isso, a Igreja Católica está a distribuir um milhão de cartões religiosos ou “faith cards” (cartão de fé) nos meses de Fevereiro e Março.

Trata-se de uma ideia do Departamento para a Evangelização e a Catequese da Conferência Episcopal da Inglaterra e de Gales. De acordo com um comunicado de imprensa do 31 de Janeiro, são do

tamanho de um cartão de crédito e têm um espaço onde o proprietário pode assinar uma declaração clara, dizendo que o portador é católico, bem como uma lista de seis coisas que os católicos estão chamados a fazer.

Há também a frase que diz “em caso de emergência, por favor, ligue para um sacerdote católico.”

“O cartão religioso para os católicos tem como objectivo oferecer um lembrete diário do que significa ser um seguidor de Jesus Cristo”, disse monsenhor Kieran Conry, presidente do Departamento para a Evangelização e a Catequese.

Diante da crítica dos media, um desenvolvimento positivo é a transmissão de uma mini-série televisiva em três episódios sobre os católicos, que começou dia 23 de Fevereiro no canal 4 da televisão pública, BBC Four.

Um comunicado de imprensa dos bispos da Inglaterra e de Gales informou que o primeiro episódio está dedicado aos seminaristas e os outros dois oferecem uma visão sobre a vida de algumas crianças e mulheres.

Justamente sobre os seminaristas, então, há algumas notícias positivas, de acordo com o referido pelo “The Independent” do 19 de Fevereiro. Para o padre Christopher Jamison, director do Departamento Nacional para as Vocações em Londres, o número atingiu o fundo do poço em 2001 com apenas 26 candidatos que entraram nos seminários da Inglaterra e de Gales. Em 2010, entretanto, o número mais que duplicou para 56.

Uma boa notícia que estávamos esperando!

(Tradução Thácio Siqueira)

FAMÍLIA E HOMOFILIA*

A OPRESSÃO SOBRE O CASAMENTO E A FAMÍLIA

Donata FONTANA

Em 24 de maio, o Parlamento Europeu aprovou, por esmagadora maioria, a resolução 2012/2657, sobre a “luta contra a homofobia na Europa”.

Levanta questões o modo de apresentação e de aprovação do texto da resolução: o tema entrou na agenda sem o aval de todos os líderes de grupos e, entre a elaboração do projecto inicial, cuidadosamente preparado pelo grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros) e o prazo para a apresentação de alterações a serem discutidas, transcorreu apenas uma hora.

O texto foi aprovado em reunião plenária, com votações rápidas, pressupondo-se que a necessária discussão já tivesse ocorrido em dias anteriores.

Além desses truques técnicos, a questão jurídica subjaz: a União Europeia (UE) não tem competência directa no assunto, nem autoridade para pressionar os Estados-membros a legalizarem uniões civis e casamentos homossexuais. No entanto, a lista de “conselhos” sobre direito de família, que a UE sugere com ênfase aos governos, revela insistência: em 1994, 2000 e em 2004, as instituições europeias ressaltaram a importância de igualar, legalmente, as uniões heterossexuais e homossexuais, julgando contrária aos

* Enviada por *ZENIT.org*, em 31 de Maio de 2012.

direitos humanos a impossibilidade de adopção de crianças por homossexuais.

Embora não tenham efeito legal, essas intervenções desdobram uma forte influência política nas decisões dos países, alterando significativamente a fronteira entre a obrigação e a opção de ajustar-se.

Outra questão é a da terminologia e das ideologias. O texto da resolução não é neutro: apresenta distorções evidentes, reveladoras da agenda ideológica da UE. É o caso quando a UE utiliza nos seus documentos oficiais o termo “paridade de género” em vez de “paridade entre os sexos”, como na resolução de Março sobre a igualdade entre homens e mulheres, em que a expressão é usada pelo menos vinte vezes. Também merece menção o fato de a UE se esforçar para basear em liberdades mitológicas dos cidadãos europeus a “necessidade” de rever a definição de matrimónio e de família (com base no respeito à “liberdade de circulação de pessoas”, os documentos de identidade emitidos pelos diferentes Estados-membros deveriam, por exemplo, ser uniformes ao reconhecerem uniões informais e a coabitação como equiparadas ao casamento). Trata-se, por isso de uma verdadeira *luta ideológica contra as ideologias*.

A resolução de 13 de Março de 2012, que deveria tratar apenas da “igualdade entre homens e mulheres”, extrapolou a ponto de convidar, no art. 5, “a Comissão e os Estados-Membros a elaborarem propostas para o reconhecimento mútuo de uniões civis e de famílias homossexuais”. No art. 7, o texto mostra-se preocupado com “a adopção por alguns Estados de definições restritivas de família com o objectivo de negar a protecção legal aos casais do mesmo sexo e seus filhos”; no art. 47, lembra que “toda mulher deve ter o controle sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos beneficiando-se do acesso a métodos contraceptivos de alta qualidade a preços acessíveis”, reafirmando a posição da UE “em relação aos direitos à saúde sexual e reprodutiva estabelecidos nas resoluções de 1º de Fevereiro de 2010 e 8 de Fevereiro de 2011, sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia”.

Para não ficar atrás, a resolução de 24 de maio parece dirigir-se inicialmente a condenar e prevenir a discriminação injusta e intolerável contra pessoas homossexuais, mas estende-se a recomendações legislativas voltadas para os governos destinatários.

No art. 9, o Parlamento sustenta que “os direitos fundamentais das pessoas LGBT ficariam mais protegidos se eles tivessem acesso a instituições jurídicas como a coabitação, a união registada e o casamento”, e, simultaneamente, “saúda o facto de dezasseis Estados actualmente oferecerem estas oportunidades, exortando os outros a também considerarem estas instituições”.

Deixando de lado o facto de que, nesta sequência, os termos coabitação-união-casamento parecem dizer a mesma coisa, com estudada indiferença, permanece claro o convite aos legisladores dos Estados a imitarem os dezasseis países “virtuosos” que a UE promove.

Combater a discriminação baseada em orientação sexual no local de trabalho ou no acesso aos serviços públicos não requer necessariamente o compromisso dos governos com políticas que permitam os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Direitos e redefinição fundamental da família não parecem inevitavelmente ligados.

Todo este trabalho é uma resposta imediata às estatísticas da agência da UE para os direitos fundamentais, no contexto de uma pesquisa sobre a discriminação das pessoas LGBT na Europa. Os resultados da pesquisa foram considerados “alarmantes”, já que quase todas as pessoas entrevistadas disseram acreditar que na Europa existem diferenças importantes no tratamento aos homossexuais.

É uma pena que essas estatísticas só tenham incluído as próprias pessoas LGBT: os resultados da pesquisa não são neutros e os 370 mil euros de fundos comunitários destinados a ela parecem ter sido mal empregados.

FAMÍLIA E EVOLUÇÃO

Lucetta SCARAFFIA*

Na última actualização da Enciclopédia italiana, no item «matrimónio», Alessandra De Rose escreve: «Se parece distante e talvez, considerando as condições sociais e culturais, nem sequer oportuna a introdução de instituições “perturbantes” como o matrimónio entre homossexuais, contudo parece mais próxima a perspectivado reconhecimento jurídico e da salvaguarda para duas pessoas que preferem partilhar uma parte importante da sua vida sem casar». Sem analisar as questões levantadas, vemos aqui bem exemplificada uma concepção de família, hoje corrente: efectivamente, para muitos ela é uma instituição em evolução, que mudou sempre, embora com ritmos muito lentos, e que hoje em dia está a caminhar rapidamente para transformações decisivas, em sentido libertário. Transformações que, não obstante sejam propostas com a intenção de ampliar o conceito de família para o tornar mais «evoluído», mas adequado à sociedade moderna, de facto conduzem esta instituição à sua desagregação.

Se a família já não é reconhecida pelo Estado com uma instituição-base que organiza a reprodução da sociedade, mas somente

*Resumo do relatório sobre o tema «A Família é uma etapa da Evolução? Evolucionismo e moral sexual entre os séculos XIX e XX»; publicado pela primeira vez em “L’Osservatore Romano”, 24/Novembro/2007.

como uma das numerosas possibilidades de agregação entre os seres humanos – ou mesmo se chega a negar que o fundamento necessário para a constituir são dois seres de sexo diferente, ou seja, dois seres que podem reproduzir-se – compreende-se imediatamente que se torna difícil acreditar numa sua continuidade no futuro. Com efeito, trata-se de mudanças que se referem aos próprios pilares da instituição familiar que pode, e deve, ser melhorada – como aconteceu, por exemplo na Itália com a reforma do direito da família, em 1975 – em sentido democrático e igualitário entre os membros, mas sem atingir a sua base constitutiva.

Para chegar e propor, e pensar que as duas mudanças indicadas pelo item da Enciclopédia italiana fossem realizáveis, foi necessária uma profunda transformação cultural: ou seja, a afirmação de uma concepção evolucionista dos relacionamentos humano, mesmo daqueles que parecem «imutáveis» porque são definidos pela lei natural, como se consideravam a reprodução e, portanto, a família.

Por conseguinte, é necessário dar um passo atrás no tempo, para compreender como e quando o paradigma darwiniano da evolução – nascido, como bem se sabe, para descrever fenómenos científicos – se difundiu com sucesso na vida social em geral e na família em particular. Com efeito, o conceito de evolução darwiniana prevê uma espécie de variação contínua, posta em acção por um motor cego, mas inexorável: o da selecção entendida como a sobrevivência do mais adequado. Sabe-se muito bem como o evolucionismo forneceu um quadro conceitual e certas linhas argumentativas também fora do mundo natural. De resto, dado que este modo se voltava a inserir no homem no seio da natureza, negando-lhe um valor específico e uma diversidade do mundo animal, é obvio que era fácil, se não mesmo oportuno, passar dos fenómenos botânicos e biológicos aos mecanismos sociais a hipótese evolucionista que, considerada inquestionável, adquiria aspectos de tipo dogmático.

Por outro lado, se o homem não é qualitativamente diferente dos animais, mas apenas um animal mais evoluído, decai também a ideia de que o seu comportamento sexual e os seus vínculos devem ser submetidos a leis particulares. Sobretudo, decai a ideia de que o homem possui inscrita no seu coração uma lei natural, uma concepção do bem e do mal, superior às leis positivas, à qual ele deve obedecer. Portanto, torna-se uma asserção sem sentido afirmar que devem ser imutáveis as leis constitutivas do matrimónio, ou seja, as relativas ao sexo dos esposos (diferente, para permitir a fertilidade) e ao cuidado dos filhos, leis estas que graças a elementos do direito romano, tinham construído o conceito cristão de família. Com efeito, numa concepção evolucionista do mundo não existem mais princípios inquestionáveis, mas somente formas de agregação, que prevalecem porque são mais adequadas.

Além disso, se o homem é um animal como os outros, o seu comportamento sexual é interpretado e estudado segundo uma simplificação da natureza, fechada em dimensões éticas e espirituais. O longo trabalho da tradição cristã, que tinha transformado o comportamento sexual – entendido quer como castidade quer como vida esponsal – num momento eticamente importante e num ponto espiritual decisivo na relação entre o ser humano e Deus, é anulado em poucas décadas por médicos sexuólogos com Henry Havelock Ellis e, na Itália, Paolo Mantegazza, que consideram o sexo como uma actividade natural que somente o médico teria o direito de analisar e de regular

Naturalmente, um ataque às regras de comportamento sexual da moral cristã torna-se um ataque à família de índole cristã; por conseguinte, a partir do final do século XIX a crise da família torna-se assim tanto um sinal da secularização que avança como ela mesma um estímulo para a secularização. São numerosas as fontes que demonstram como o desapego da confissão – primeiro passo para o desapego total da prática religiosa – tem lugar precisamente naquilo

que diz respeito aos temas da moral sexual, considerada ultrapassada e insustentável pelos próprios católicos, como provam de resto as ásperas polémicas que se seguiram à promulgação da *Humanae vitae*, em Julho de 1968.

Os novos sexólogos começam a defender o controle dos nascimentos em vista de finalidade genéticas, para depois chegar, quase fatalmente, a propor o «amor livre» e, por consequência, a desagregação da família. Numa mistura que se vê amalgamar-se o feminismo e o positivismo, no início do século XX surgem as primeiras declarações abertas em favor de uma «evolução» da família, que conduza à sua desagregação.

Na Alemanha, Helene Stocker (1869-1943) fundava em 1904 um movimento de reforma sexual, com uma série de objectivo: igualdade entre o marido, a mulher e os filhos, uma maior facilidade de divórcio e o reconhecimento das uniões de facto, assim como os direitos iguais para todos os nascidos, prescindindo da sua origem; a eles acrescentam-se uma batalha pela despenalização do aborto e o compromisso em prol do reconhecimento, dados às mulheres, da liberdade de se autodeterminarem autonomamente em matéria sexual. Com efeito, Helene Stocker estava persuadida de maneira convicta que a mulher não tinha naturalmente a inclinação para a castidade e, movimentando-se nesta direcção, tornou-se uma acérrima paladina do amor livre e de políticas em benefício do controle dos nascimentos. Não obstante estas posições a tivessem feito entrar em conflito com o movimento feminista alemão mais moderado, em 1919, quando as mulheres obtiveram o voto, contudo Helene Stocker foi eleita entre as primeiras 34 parlamentares

Muito semelhante foi o percurso da sueca Ellen Key (1849-1926), escritora e conferencista de grande sucesso em toda a Europa nos anos que vão desde o final do século XIX até à primeira guerra mundial. Feminista de vanguarda e especialista em psicologia infan-

til, Ellen Key desenvolveu uma ideia espiritualista da emancipação feminina, que valoriza ao máximo nível a maternidade, todavia separando-a da obrigação do matrimónio. O seu livro mais famoso (e traduzido em todas as línguas europeias) *O amor e o matrimónio*, foi publicado na Itália em 1909 pelos irmãos Bocca. Neste volume, que conheceu uma grande fortuna também na Itália, Ellen Key expunha a sua ideia evolucionista de moral sexual, prevendo o fim do matrimónio: a vida é uma evolução permanente, e «como consequência de cada evolução morrem certas verdades que outrora eram consideradas vitais, enquanto se formam outras novas», por obra de uma elite que sabe o que é necessário «para evolução progressiva da vida no individuo e na raça». Portanto, também às mulheres deveria reconhecer-se a «liberdade de escolher entre determinados limites a forma da sua vida sexual».

Na opinião de Ellen Key, a liberdade sexual está ligada à secularização, porque a considera impossível «enquanto o homem acreditava no pecado original», mas «a teoria da evolução» incutiu no homem a coragem de se interrogar se o pecado não consistia ao contrário no triunfo do espírito sobre a matéria. Segundo Ellen Key, fiel propagadora da eugénica, uma nova concepção moral «nasce da fé na perfectibilidade da raça humana»; aliás, «a forma da vida sexual que favorecerá melhor o progresso da raça tornar-se-á a lei da nova moral». Com uma visão claramente utópica dos efeitos desta nova moral Ellen Key escreve que o matrimónio por obrigação e a prostituição desaparecerão gradualmente, «porque eles não corresponderão mais às necessidades dos homens, depois da vitória da ideia da união perfeita».

Portanto, é necessário «triunfar sobre o preconceito alimentado pelo cristianismo» com uma nova moral, «que se alicerça na bondade fundamental da natureza humana e na igualdade de todos os homens», porque seguramente a humanidade está prestes a elevar-se «à super-humanidade». A nova moral baseia-se na ideia de que a

«felicidade do individuo é a condição essencial para a felicidade da humanidade», porém contanto que se submeta a um juízo médico que assegure ao casal a geração de um filho sadio, porque o dever supremo consiste em «não transmitir aos outros as graves enfermidades, cuja herança tenha sido estabelecida cientificamente.

Na opinião de Ellen Key, o cristianismo seria responsável também por esta malograda selecção porque, «insistindo sobre o valor do individuo, diminui o sentimento da importância da espécie», uma vez que, por ignorância científica, «o único vinculo que une o homem e os seus antepassados é o pecado original». Mas hoje, ao contrário graças à perda de influência da moral cristã, o «sentimento da raça, o respeito pelos antepassados, o orgulho de um sangue puro com um novo sentido hão-de readquirir o seu poder determinante sobre os sentimentos e sobre as acções». Mas «felizmente – conclui Ellen Key – Igreja perdeu a batalha na sua luta contra o amor», e consequentemente reivindica – como nas suas numerosas conferências costumava afirmar – o direito à maternidade sem matrimónio, mas não sem amor.

Sente-se imediatamente o sabor actual das frases desta feminista sueca, que parecem antecipar as de muitos dos nossos contemporâneos: o seu bom êxito, e os numerosos seguidores que teve na Itália, autores de livros semelhantes, que lançaram sementes que se enraizaram na cultura ocidental. E isto, também porque as profundas mudanças económico-sociais que a revolução industrial provocava na sociedade transformam completamente as condições de vida das populações da Europa ocidental. A mortalidade diminui de forma jamais conhecida antes na história, enquanto a duração média da vida humana continua a prolongar-se. Este incremento demográfico ininterrupto não somente leva à difusão dos anticoncepcionais – aos quais a pesquisa farmacêutica começa a dedicar investimentos e atenção – mas contribui para compreender a família como uma entidade em continua transformação.

Além disso, mudam os relacionamentos entre as gerações e entre as mulheres e os homens, anulando séculos de relações familiares caracterizadas pela hierarquia, mas sobretudo, difundindo a separação entre sexualidade e reprodução, alteram aquilo que constituía o núcleo vigoroso do matrimónio, ou seja, a sua função reprodutiva. De resto, com a revolução romântica o matrimónio transformou-se de instituição «pública» e funcional para a continuidade de um grupo humano, numa esperança de realização individual, primeiro amorosa e nos anos mais recentes sexual. Assim, começou-se a separar o matrimónio da reprodução da sexualidade e, no final, também o matrimónio da sexualidade: deste modo, explica-se a recente ideia de que a evolução da família deve caminhar no sentido do reconhecimento dos casais de pessoas homossexuais.

Portanto a Igreja, que nunca aceitou a separação entre sexualidade e reprodução, apresenta-se como o único baluarte coerente contra a sua redução a um aglomerado de relacionamentos desprovido de normas, regulada unicamente pelo desejo de cada um dos indivíduos. Porque – e já o sabemos – não se realizou aquilo que escrevia Ellen Key nos primeiros anos do século XX, ou seja, que a felicidade do indivíduo é «a condição essencial para a felicidade da humanidade». Prisioneiros dos nossos desejos, já não sabemos distinguir entre mudanças positivas e transformações destrutivas: nesta altura, a ideia de uma evolução que age como uma força cega – à qual é inútil opor-se – desresponsabiliza todos.

FAMÍLIA OU FAMÍLIAS?*

Isilda PEGADO**

Muitas vezes vemos colocada a questão de saber “Quantos modelos de família existe?” “Família ou Famílias?”. O que, quanto a nós, é uma falsa questão. A Família é a instituição que resulta dos laços de sangue e, do casamento, enquanto instituição geradora desses laços. Por analogia a esses laços de sangue criou-se o instituto de Adopção que, por uma ficção jurídica (atenta a natureza do amor que a suporta) também integra o conceito de Família.

Há, no entanto, circunstâncias da vida das pessoas que geram diferentes núcleos de vida em família. Mas trazer essa especificidade do tipo de vida para o debate sobre a essência da família tem sido um acto deliberado (ideológico) de quem pretende eliminar a Família enquanto corpo social intermédio. A Família gera uma sociedade mais humana e livre, ao confundi-la com outras realidades, pretende-se despojar o homem desta âncora natural que o acompanha desde que nasce até que morre. Como disse **Bento XVI** no domingo, dia 3 de Junho, em Milão, no **Encontro Mundial das Famílias** “*a mentalidade utilitarista tende a estender-se também às relações*

* De «Voz da Verdade», 10 de Junho, 2012

** Presidente da Federação Portuguesa pela Vida

interpessoais e familiares, reduzindo-as a convergências precárias de interesses individuais e minando a solidez do tecido social”.

Como vemos, um Estado Social pluripotente e onnipotente capaz de dizer a homens “quem te educa sou “eu”..., quem te alimenta sou “eu”..., quem te protege na doença e no desemprego sou “eu”... ou quem te apoia na velhice sou “eu”... é um Estado em crise e sem horizonte. É um Estado que, exige tanto aos que trabalham (impostos e taxas) que, gasta tanto na “máquina” que prestaria estas respostas que, o que uma década atrás parecia o caminho de solidariedade, hoje é a estrada da revolta, do abuso, da negligência e do convite ao ócio. Ainda as palavras de Bento XVI *“a vida familiar é a primeira e insubstituível escola das virtudes sociais, tais como o respeito pelas pessoas, a gratuidade, a confiança, a responsabilidade, a solidariedade, a cooperação”.*

Entretanto, as relações de família têm sido minadas ideologicamente por legislações e práticas que atentam contra a natureza própria do homem. Hoje, um casal com filhos tem largas vantagens fiscais por estar divorciado. Tem vantagens económicas em subsídios escolares e outros. Há uma legislação protectora, financiadora e subsidiante do aborto, mas não há apoios efectivos à maternidade e à família.

O Direito da Família tornou-se o “parente pobre” do Direito. As questões da família que tradicionalmente eram tratadas com a dignidade Judicial, estão hoje confinadas a actos de natureza social ou de registo.

O debate sobre modelos de família, que muito ocupa alguns foros públicos, é um debate estéril, porque não gera qualquer mais valia, mas antes introduz a questão ideológica que privilegia o individualismo e o hedonismo.

Bem sabemos das dificuldades que as circunstâncias ditam na vida das famílias, como sempre existiram, embora hoje com novos modos (separações, divórcios, etc.). Mas estas circunstâncias não alteram a natureza da Família. Ao invés, é necessário olhar para estas circunstâncias de vida, como Bento XVI disse em Milão dirigindo-se aos fiéis *“que embora compartilhando os ensinamentos da Igreja sobre a família, estão marcados por experiências dolorosas de falência e separação. Sabei que o Papa e a Igreja vos apoiam na vossa fadiga”*.

FAMÍLIA E VIDA – FACTOS HISTÓRICOS

O Matrimónio na história da humanidade*

Mons. Vitaliano **MATTIOLI****

Algumas Reflexões a propósito do Encontro de Milão

De 30 de Maio até 3 de Junho celebra-se em Milão (Itália) o VII Encontro Mundial das Famílias, que tem como tema: “A família, o trabalho, e a festa”.

É inútil repetir quanto a família está hoje ameaçada. Basta uma simples reflexão para se dar conta de uma verdadeira conjura contra a instituição familiar.

O encontro de Milão tem por objectivo sensibilizar a consciência social e colocar de novo a família no lugar que lhe corresponde, ou seja, no centro da sociedade.

Nessa reflexão de hoje partimos do princípio de que o Estado vem depois da família. É o conjunto das famílias que constitui o Estado. Por isso o Estado não tem o poder de colocar as mãos em características fundamentais do instituto familiar, mas somente providenciar para que a família sobreviva e se valorize como instituição natural da sociedade.

Como exemplo, vamos olhar um pouco para a História, e como em todas as culturas encontramos disposições em defesa da família como sociedade natural fundada sobre o matrimónio. Façamos um curto percurso histórico.

No Código de Hamurabi (1750 a.C., mais o menos) está escrito: “Se um homem se casou com uma mulher, mas não concluiu o contrato com ela, esta mulher não pode ser acreditada como esposa legítima” (n. 128); Se uma mulher casada é surpreendida na cama com um outro homem, todos os dois devem ser amarrados e afogados” (n. 129).

Já no séc. V a.C. os textos confucianos nos falam da família como fundamento do Estado. Se a família não vive conforme as virtudes, também o Estado não pode estar bem. Para formar uma família virtuosa, a pessoa deveria esforçar-se para ser perfeita antes de se casar.

Na sociedade da antiga Índia, conforme a descrição do Kamasutra, o Tratado sobre o amor, escrito por Mallanaga Vatsyayana (III Séc. d.C.), o casamento é algo sagrado, é uma obrigação religiosa que envolve a comunidade. As famílias estão comprometidas no casamento dos filhos. Isto porque o casamento não é um facto privado.

As leis do Manu (não tem uma data certa; mais ou menos entre o séc. II a.C. e o séc. II d.C.), no capítulo terceiro, é feita uma lista de oito modalidades para casar uma mulher e dos impedimentos.

Na antiga Grécia, já antes de Homero, o matrimónio era considerado o fundamento da sociedade. A família, por meio do casamento, constituía a condição indispensável para a propagação da espécie humana. A família, nos antigos poemas, é apresentada com grande estima. Também nos tempos antigos, o casamento não tinha uma legislação bem marcada, porém já aparece como um facto social; tem algumas cerimónias públicas e estabeleciam condições para que fosse um casamento reconhecido. Parece que a primeira forma legal específica foi introduzida pelo legislador Solon (Séc. VI a.C.) que evidenciou as condições para que um casamento fosse reconhecido legítimo. Péricles (451 a.C.) pusera outras condições. O casamento tinha um carácter sagrado. Terminada a festa do casamento, os casais agradeciam aos deuses, oferecendo um sacrificio, especialmente a

Eros e Afrodite. O último acto consistia no registo do casamento no livro chamado *fratria*, junto a duas testemunhas.

Pode-se dizer que Roma é a pátria do direito. A legislação romana sobre o casamento é muito importante porque passou depois para o direito canónico. A mesma palavra “matrimónio” foi formada pelo direito romano. Matrimónio deriva do latim *matris munus* (ou *munium*) para evidenciar o papel importante da mulher na família; cônjuge (*coniugium*) “quia mulier com viro quasi uno iugo astringitur” (o homem e a mulher estão unidos no mesmo compromisso); connubio (*connubium*) da *nubere*, velar, pelo costume de pôr um véu (*flammeum*) sobre a cabeça da mulher.

Para os romanos o matrimónio (sempre monogâmico; nunca foi admitida a poligamia, somente tolerada) era a convivência de um homem com uma mulher com a vontade de serem marido e mulher (*affectio maritalis* = carinho conjugal), que se devia manifestar com uma cerimónia pública. Este elemento distinguia o casamento da união livre. No período antigo não existia o divórcio. A intenção de viverem juntos devia ser permanente, isto é, no momento do casamento as pessoas tinham que exprimir a vontade de permanecerem juntas por toda a vida. Ainda que também podia ser admitido que, ao longo do tempo, esta vontade acabasse.

A família era natural. Para o historiador Musonio Rufo (I séc. d.C.) existia somente a família legítima (união de um homem com uma mulher) abençoada por Júpiter. O casamento homossexual não era permitido. O imperador Nero casou-se por duas vezes na forma homossexual. Porém nunca o direito romano reconheceu o casamento homossexual. Assim se encontra em Tacito, Suetonio, Dione Cassio.

Cícero definiu o matrimónio: “Prima societas in ipso coniugio est...; id autem est principium urbis et quasi seminarium rei publicae” (De Officiis, I, 17, 54; O casamento é a primeira sociedade...; por isso é o primeiro princípio da cidade e o viveiro do Estado). A

definição clássica do matrimónio é a do jurista Erennio Modestino (m. 244 d.C.): “Nuptiae sunt coniunctio maris et feminae et consortium omnis vitae, divini et humani iuris communicatio” (Dig. 23,2,1) (União de um homem com uma mulher, uma comunhão por toda a vida, com a aceitação de tudo o que é exigido pelo direito humano e divino). Com as palavras *Coniunctio maris et feminae* Modestino entendia a união sexual. Poucos anos antes, Ulpiano com esta *coniunctio* entendia o matrimónio mesmo, conteúdo do direito natural. Ele dizia que a validade do matrimónio não precisa da união carnal, mas o consentimento (Digesto, 35,1,15). Segundo Ulpiano o consenso compreende a *affectio maritalis*, a vontade do marido de comportar-se com carinho e com respeito com a sua esposa.

A outra está contida nas Institutiones de Justiniano: “Viri et mulieris coniunctio individuum consuetudinem vitae continens” (Inst., 1,9,1). Nestas palavras se encontram os elementos fundamentais. A vontade dos cônjuges é indispensável e ao menos na intenção deve ser perpétua. O matrimónio é olhado e percebido como algo de permanente: *omnis vitae*. O historiador Tácito escreve: *Consortia rerum secundarum adversarumque* (Anales, III, 34,8), no bom e no mau destino. Plutarco na obra *Bruto* põe na boca de Porcia, esposa de Bruto estas palavras: “Ó Bruto, eu me casei contigo para partilhar a tua alegria e o teu sofrimento” (Bruto, 13). A diferença entre o casamento legítimo e a união livre era esta, portanto: a manifestação da vontade de viverem juntos por toda a vida. “Não é a união carnal mas o consentimento, a vontade, que faz o matrimónio” (Digesto, 35,1,15). Por isso a autoridade do pai não podia intervir sobre a vontade dos filhos, isto é, o pai não podia obrigar os filhos a casar-se se eles não quisessem: “Non cogitur filius familiae uxorem ducere” (Dig. 23,2,21).

Contrariamente às outras culturas antigas, no direito romano o casamento não era celebrado por etapas, mas somente com uma cerimónia, na qual se exprimia o consentimento. Nos primeiros séculos da história romana o matrimónio era indissolúvel. Somente

depois, no período imperial, foi admitido o divórcio. Já que a vontade é o elemento essencial para a validade do matrimónio, então, passou-se a pensar que este existe enquanto permanecer esta vontade. Se um dos dois não quiser mais viver com o outro, o casamento termina.

Então, depois do divórcio pode-se novamente casar. A procriação é importante mas o carinho (afecto) é olhado como mais importante. Porém, a procriação é um elemento do matrimónio: se falta a capacidade física de procriar o casamento é inválido. Por isso é permitido somente depois da puberdade. É também proibido nas pessoas já casadas. O matrimónio é monogâmico. A poligamia não tem lugar no direito romano. Pelos juristas não era possível compreendê-la. Para se casar novamente, a primeira união deve ser desligada: “Neque eodem duobus nuptia esse potest neque idem duabus uxores habere (Gaio, Inst. 1,63; não é lícito ser casado duas vezes ao mesmo tempo, nem ter contemporaneamente duas mulheres). Era proibido o incesto, o casamento entre os primos, tio e sobrinha, tia e sobrinho. Tudo isto confirma que o matrimónio não era algo privado, mas uma realidade acto público, social. É importante notar que a definição de Modestino nos fala do direito divino (divini iuris). Isto evidência uma relação do matrimónio com a divindade. Na cerimónia nupcial havia uma invocação à deusa Juno Pronuba, divindade que protegia as núpcias.

Quando a Igreja se preocupa com a família, não age fora do seu campo de acção. A Igreja faz parte da estrutura social e por isso tem o direito de exprimir a sua palavra sobre esta instituição fundamental. De facto, se a família cair, tudo vai cair.

O facto é que o matrimónio leigo e família leiga (no senso de laicista) não existe. Têm uma profunda conotação religiosa, já reconhecida seja pelos gregos seja pelos romanos.

Os gregos e depois os romanos estavam convencidos de que o matrimónio foi querido pelos deuses. Estes dois povos deixaram bem clara a existência da lei natural (lex naturalis) precedente às leis

dos homens (lei positiva). Estavam convencidos de que existia um direito anterior, uma lei não escrita, precedente às leis formuladas pelos juristas. Pelos romanos já antes das doze Tábuas da Lei o matrimónio tinha uma conotação religiosa.

A Igreja fez muitas intervenções sobre a família. Além do Concílio e muitos discursos dos Papas, as intervenções oficiais estão contidas nestes documentos: Leão XIII: *Arcanum Divinae Sapientiae* (10-2-1880); Pio XI: *Casti Connubii* (31-12-1930); João Paulo II: *Familiaris Consortio* (1981); Pontifício Conselho para a Família: *Família, Matrimónio e “uniões de facto”* (2000).

No Encontro de Milão o Papa Bento XVI apresentará novamente ao Mundo o pensamento oficial da Igreja sobre o matrimónio e a família no século XXI.



ARQUIVO

SEXO, CASAMENTO E FAMÍLIA

Foi publicado há pouco nos Estados Unidos um livro intitulado «Just Love. A Framework for Christian Sexual Ethics», da autoria da Irmã Margaret A. Farley, pertencente às Sisters of Mercy of the America. Depois de várias tentativas para que fossem corrigidos erros graves contidos no livro, a Congregação para a Doutrina da Fé acabou por ter de publicar uma NOTIFICAÇÃO, que transcrevemos a seguir, tal como foi publicada em «L'Osservatore Romano», em 9 de Junho corrente.

Introdução

A Congregação para a Doutrina da Fé, depois de um primeiro exame do livro da Irmã Margaret A. Farley, R.S.M., *Just Love. A Framework for Christian Sexual Ethics* (New York: Continuum, 2006), endereçou à autora por meio dos bons ofícios de Irmã Mary Waskowiak, então Superiora-Geral das *Sisters of Mercy of the Americas*, com carta de 29 de Março de 2010, uma avaliação preliminar abrangente, indicando os problemas doutrinários presentes no texto. A resposta de 28 de Outubro de 2010, enviada pela Irmã Farley, não foi suficiente para esclarecer os problemas indicados. Como o caso se referisse a erros doutrinários presentes num livro cuja publicação se revelara causa de confusão entre os fiéis, a Congregação decidiu empreender um «exame para casos de urgência», segundo o *Regulamento para o exame doutrinal* (cf. cap. IV, art. 23-27).

Com carta de 3 de Outubro de 2011, a Irmã Patrícia McDermott, que entretantes sucedera à Irmã Mary Wakowiak como Superiora-Geral das *Sisters of Mercy of the Americas*, transmitiu à Congregação a resposta da Irmã Farley, acompanhada pelo próprio parecer e do de Irmã Waskowiak, em conformidade com o art. 27 do supracitado Regulamento. Esta resposta, avaliada pela Comissão de especialistas, foi submetida à *Sessão Ordinária* para discernimento, aos 14 de Dezembro de 2011. Em tal ocasião, considerando que a resposta da Irmã Farley não esclarecia adequadamente os graves problemas contidos no seu livro, tomou-se a decisão de proceder à publicação desta Notificação.

1. Problemas de carácter geral

A Autora não apresenta uma compreensão correcta do papel do Magistério da Igreja como ensinamento autorizado dos Bispos em comunhão com o Sucessor de Pedro, que guia a compreensão sempre mais profunda, por parte da Igreja, da Palavra de Deus, como se encontra na Sagrada Escritura, e transmitida fielmente pela tradição viva da Igreja. Ao tratar de argumentos de carácter moral, Irmã Farley ou ignora o ensinamento constante do Magistério ou, quando o menciona ocasionalmente, o trata como uma opinião entre outras. Uma tal posição não pode ser justificada de modo algum, nem mesmo no interno de uma perspectiva ecuménica que a Autora deseja promover. Irmã Farley revela outrossim uma compreensão defeituosa da natureza objectiva da lei moral natural, escolhendo antes de argumentar partindo de conclusões selectas de determinadas correntes filosóficas ou com a sua própria compreensão da «experiência contemporânea». Um tal modo de tratar não é conforme à genuína teologia católica.

2. Problemas específicos

Dentre os numerosos erros e ambiguidades do livro, é mister

chamar a atenção para as posições a respeito da masturbação, dos actos homossexuais, das uniões homossexuais, da indissolubilidade do matrimónio e do problema do divórcio e das segundas núpcias.

Masturbação

Irmá Farley escreve «A masturbação (...) geralmente não comporta nenhum problema de carácter moral. [...] Este é sem dúvida o caso de muitas mulheres que (...) encontraram um grande bem no prazer buscado consigo mesmas – e talvez exactamente na descoberta das suas próprias possibilidades em relação ao prazer – algo que muitas nem tinham experimentado e nem mesmo conhecido no tocante às suas relações sexuais ordinárias com maridos ou amantes. Neste sentido, é possível afirmar que a masturbação de facto favorece as relações muito mais do que as obstacula. Por isso a minha observação conclusiva é que os critérios da justiça, assim como os apresentei até agora, pareceriam aplicáveis à escolha de provar prazer sexual auto-erótico somente enquanto esta actividade pode favorecer ou danificar, mantém ou limita, o bem-estar e a liberdade de espírito. E esta resta amplamente uma questão de carácter empírico, não moral» (p.236).

Estas afirmações não são conformes à doutrina católica: «Na linha duma tradição constante, tanto o Magistério da Igreja como o sentido moral dos fiéis têm afirmado sem hesitação que masturbação é um acto intrínseco e gravemente desordenado». «Seja qual for o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma». O prazer sexual é ali procurado fora da «relação sexual requerida pela ordem moral, que é aquela que realiza, no contexto dum amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana. Para formar um juízo justo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos, e para orientar a acção pastoral, deverá ter-se em conta a imaturidade afectiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros

factores psíquicos ou sociais qu podem atenuar, ou até reduzir ao mínimo, a culpabilidade moral».¹

Actos homossexuais

Irmã Farley escreve: «Do meu ponto de vista (...), as relações homossexuais ou os actos homossexuais podem ser justificados, de acordo com a mesma ética sexual, exactamente como as relações e o actos heterossexuais. Por isso, as pessoas com inclinações homossexuais, assim como os seus respectivos actos, podem e devem ser respeitados, indiferentemente de haver ou não a alternativa de serem diferentes» (p. 295).

Tal posição não é aceitável. A Igreja Católica, de facto, distingue entre pessoas com tendências homossexuais e actos homossexuais. Quantos às pessoas com tendências homossexuais, o Catecismo da Igreja católica ensina que as pessoas devem ser acolhidas «com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a elas, qualquer sinal de discriminação injusta».² No entanto, quantos aos actos homossexuais o Catecismo afirma: «Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o acto sexual o dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados».³

¹ *Catecismo da Igreja Católica*, n.2352; cf. Congregação para a Doutrina da Fé Declaração *Persona Humana* sobre algumas questões de ética sexual (29 de dezembro de 1975), n. 9:AAS 68 (1976), 85-87.

² *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2358.

³ *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2357; cf. *Gn* 19, 1-29; *Rm* I, 24-27; 1 *Cor* 6, 10; 1 *Tm* I, 10; Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração *Persona Humana*, n. 8: AAS 68 (1976), 84-85; Congregação para a doutrina da fé, Carta *Homosexualitatis* Problema sobre a cura pastoral das pessoas homossexuais (1 de outubro de 1986): AAS 79 (1987), 543-554.

Uniãos homossexuais

Irmã Farley escreve: «Legislações sobre a não-discriminação dos homossexuais, como também sobre os casais de facto, as uniões civis e os matrimónios gay, podem ter um papel importante na transformação do ódio, da marginalização e da estigmatização de gays e lésbicas, o que se reforça ainda hoje com ensinamentos a respeito do sexo “contra a natureza”, desejo desordenado ou amor perigoso. ...) Uma das questões mais urgentes do momento, diante da opinião pública dos Estados Unidos, é o matrimónio entre pessoas do mesmo sexo – equivale a dizer a concessão de um reconhecimento social e de uma qualificação jurídica às uniões homossexuais, quer sejam masculinas ou femininas, comparáveis às uniões entre heterossexuais» (p.293.)

Tal posição é oposta ao ensinamento do Magistério: «A Igreja ensina que o respeito para com as pessoas homossexuais não pode levar, de modo nenhum, à aprovação do comportamento homossexual ou ao reconhecimento legal das uniões homossexuais. O bem comum exige que as leis reconheçam, favoreçam e protejam a união matrimonial como base da família, célula primária da sociedade. Reconhecer legalmente as uniões homossexuais ou equipará-las ao matrimónio, significaria, não só aprovar um comportamento errado, com a consequência de convertê-lo num modelo para a sociedade actual, mas também ofuscar valores fundamentais que fazem parte do património comum da humanidade. A Igreja não pode abdicar de defender tais valores, para o bem dos homens e de toda a sociedade».⁴ «Em defesa da legalização das uniões homossexuais não se pode invocar o princípio do respeito e da não-discriminação de quem quer que seja. Uma distinção entre pessoas ou a negação

⁴ Congregação para a Doutrina da Fé, Considerações sobre os projectos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais (3 de junho de 2003), n. II: AAS 96 (2004), 48.

de um reconhecimento ou de um prestação social só são inaceitáveis quando contrárias à justiça. Não atribuir o estatuto social e jurídico de matrimónio a formas de vida que não são nem podem ser matrimoniais, não é contra a justiça: antes, é uma sua exigência».⁵

Indissolubilidade do matrimónio

Irmã Farley escreve: «A minha posição pessoal é que o empenho matrimonial seja sujeito à dissolução pelas mesmas razões fundamentais pelas quais todo empenho permanente, extremamente grave e quase incondicionado, pode cessar de exigir um vínculo. Isto implica que existam de facto situações nas quais as coisas mudaram demais – um ou os dois *partners* mudaram, a relação entre eles mudou, a razão principal do seu compromisso recíproco parece completamente extinta. O sentido de um compromisso permanente é ademais exactamente aquele de vincular a despeito de todas as mudanças que possam aparecer. Mas é possível sustentá-lo sempre? É possível sustentá-lo apesar de mudanças radicais e imprevistas? A minha resposta é às vezes não é possível. Às vezes a obrigação pode ser desfeita e o compromisso pode ser legitimamente modificado».

(págs. 304-305).

Uma opinião semelhante está em contradição com a doutrina católica sobre a indissolubilidade do matrimónio: «Pela sua própria natureza, o amor conjugal exige dos esposos uma fidelidade inviolável. Esta é uma consequência da doação de si mesmos que os esposos fazem um ao outro. O amor quer ser definitivo. Não pode ser “até nova ordem”». «Esta união íntima, enquanto doação recíproca de duas pessoas, tal como o bem dos filhos, exigem a inteira fidelidade dos cônjuges e reclamam a sua união indissolúvel». O motivo mais profundo encontra-se na fidelidade de Deus à sua alinça, de Cristo à sua Igreja. Pelo sacramento do Matrimónio, os esposos

⁵ *Ibid.*, n. 8: AAS 96 (2004), 46-47.

ficam habilitados a representar esta fidelidade e a dar testemunho dela. Pelo sacramento, a indissolubilidade do Matrimónio adquire um sentido novo e mais profundo. O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um matrimónio indissolúvel. E ab-rogou as tolerâncias que se tinham infiltrado na antiga Lei. Entre baptizados, «o matrimónio racto e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, nem por nenhuma causa, além da morte».⁶

Divórcio e segundas núpcias

Irmã Farley escreve: «Se houver filhos do matrimónio, os ex-cônjuges deverão ajudar-se reciprocamente por anos, talvez por toda a vida, no projecto familiar empreendido. De qualquer modo, as vidas de duas pessoas uma vez casadas continuam marcadas pela experiência do matrimónio. A profundidade daquilo que resta admite graus, mas algo resta. No entanto, aquilo que resta impede um segundo matrimónio? Acho que não. Qualquer tipo de obrigação que implique um empenho não deve incluir a proibição de um novo matrimónio – pelo menos não tanto quanto à ligação actual entre os esposos resulte numa tal proibição para quem continua vivo depois da morte do cônjuge» (p.310).

Tal visão contradiz a doutrina católica que exclui a possibilidade de segundas núpcias depois de um divórcio: «Hoje em dia e em muitos países, são numerosos os católicos que recorrem ao divórcio, em conformidade com as leis civis, e que contraem civilmente uma

⁶ Catecismo da Igreja Católica, nn. 1646-1647 e 2382; *Mt* 5, 31-32; 19, 9; *Mc* 10, 9; *Lc* 16, 18; *Cor* 7, 10-11; Concílio Vaticano II, Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo contemporâneo, nn. 48-49; Código de Direito Canónico, *can.* 1141; João Paulo II, Exortação Apostólica *Familiaria Consortio* a respeito das tarefas da família cristã no mundo de hoje (22 de novembro de 1981), n. 13; AAS 74 (1982), 93-96.

nova união. A Igreja mantém, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo («quem repudia a sua mulher e casa com outra comete adultérios em relação à primeira; e se uma mulher repudia o seu marido e casa com outro, comete adultério»: *Mc* 10, 11-12), que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro Matrimónio foi válido. Se os divorciados se casam civilmente, ficam numa situação objectivamente contrária à lei de Deus. Por isso, não podem aproximar-se da comunhão eucarística, enquanto persistir tal situação. Pelo mesmo motivo, ficam impedidos de exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação, por meio de sacramento da Penitência, só pode ser dada àqueles que se arrependem de ter violado o sinal da Aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometerem a viver em continência completa»⁷.

Conclusão

Com esta Notificação, a Congregação para a Doutrina da Fé expressa profundo pesar pelo facto de que um membro de um Instituto de Vida Consagrada, a Irmã Margaret A. Farley, R.S.M., afirme posições em contraste directo com a doutrina católica no âmbito da moral sexual. A Congregação previne os fiéis de que o livro *Just Love. A Framework Christian Sexual Ethics* não é conforme à doutrina da Igreja e portanto não pode ser utilizado como válida expressão da doutrina católica nem para a direcção espiritual e formação, nem para o diálogo ecuménico e inter-religioso. A Congregação deseja além disso encorajar os teólogos a fim de que prossigam na tarefa do estudo e do ensinamento da teologia moral em plena conformidade com os princípios da doutrina católica.

⁷ *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1650; cf. João Paulo II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, n. 84: AAS 74 (1982), 184-186; Congregação para a Doutrina da Fé, Carta *Annus Internationalis Familiae* sobre a recepção da comunhão eucarística por parte de fiéis divorciados e recasados (14 de setembro de 1994): AAS 86 (1984), 974-979.

O Sumo Pontífice Bento XVI, durante a Audiência concedida ao abaixo assinado Cardeal Prefeito, em data de 16 de março de 2012 aprovou a presente Notificação, decidida na Sessão Ordinária desta Congregação em data de 14 de março de 1012, e mandou que se publicasse.

Roma, da Sede da Congregação para a
Doutrina da Fé, 30 de março de 2012.

William Cardeal Levada
Prefeito
D. Luis F. Ladaria, S.I.
Arcebispo titular de Thibica
Secretário

O DARWINISMO SOB DIVERSOS PONTOS DE VISTA

Fiorenzo **FACCHINI***

Em tema de evolução as expressões do magistério reafirmam por um lado pontos essenciais numa visão cristã, por outro lado alertam para interpretações do tipo materialista e reducionista. No conjunto pode-se reconhecer uma conciliação, com determinadas condições que são as que tentei resumir noutras intervenções: reconhecer a criação como dependência total das coisas de Deus, segundo um seu projecto, e reconhecer a dimensão espiritual do homem.

A propósito das modalidades e do significado da evolução da vida, o pensamento dos católicos, leigos e teólogos, apresenta-se mais variado. Nas suas posições, mais ainda que naquelas do magistério, manifestam-se diversidades que dizem respeito sobretudo ao modo diferente de colocar-se perante o darwinismo que, como sabemos, oferece uma explicação particular dos mecanismos evolutivos e que por alguns estudiosos é arbitrariamente alargada a uma concepção da vida e da sociedade.

* Professor da Universidade de Bolonha. Apesar de ter sido escrito já há alguns anos (2009), o texto mantém toda a actualidade. Completa, por isso, o artigo *Família e Evolução* (in «L'Osservatore Romano», 14 de Fevereiro, 2009).

Não existiria necessidade, aliás é excluída toda a referência à realidade transcendente. De uma teoria científica passa-se a uma ideologia materialista, inconciliável com a visão cristã, da qual são denunciadas possíveis consequências a níveis sociais e ético. O Cardeal Christoph Schönborn fez-se intérprete destas preocupações mais de uma vez.

Contudo, o aprofundamento dos teólogos também tenta evidenciar a verdade e as consequências da criação em relação à evolução da vida e às diversas visões evolutivas.

Considerando que nenhum católico poderia aceitar uma visão totalizadora de tipo reducionista da evolução, seja qual for o modelo no qual se inspira, registam-se entre os católicos diversas posições acerca da teoria evolutiva, na comum admissão da dependência de Deus criador e da espiritualidade do ser humano.

Antes de tudo, observa-se uma posição de negação ou crítica de fundo em relação à teoria evolutiva e não só do darwinismo como ideologia. Ela é inspirada pelo temor que ao admitir a evolução possa ser prejudicada a doutrina sobre a criação e reduzir-se o espaço à acção de Deus. A consequência é afirmar a criação – geralmente não segundo o sentido literal do *Génesis*, como alguns ainda continuam a defender nos Estados Unidos – mas deixa-se de parte ou coloca-se em dúvida a evolução da vida na terra.

Não se têm em consideração muitas das observações do mundo da ciência, não se aceita que a vida possa ter evoluído através de etapas e processos biológicos, como se admite na teoria evolutiva. Aproveita-se tudo para contestar o facto evolutivo, por exemplo, as lacunas nas séries evolutivas. As aberturas do magistério são vistas como concessões não motivadas e superáveis. Posições deste tipo ignoram não só o progresso da pesquisa científica, mas também os aprofundamentos da teologia. Destacam-se sensivelmente do magistério, não ajudam o necessário diálogo entre ciência e fé, entre ciência e teologia, e ainda favorecem o conflito.

Depois, existem posições conciliadoras, mas bastante diversas. Elas vão desde a possibilidade de admitir a visão darwiniana na evolução dos vivos, evitando de assumi-la como ideologia totalizadora, até a outras mais articuladas.

No primeiro caso admite-se que a vida na terra se desenvolveu através de eventos casuais, ainda que tornados possíveis por leis e propriedades da natureza, mas sem direcções preordenadas. As direcções evolutivas, como afirmam os neodarwinistas, formaram-se no tempo, mas sem algum plano ou intenção externa. Dos processos entendidos como evolutivos derivou porém uma realidade, que no conjunto aparece ordenada, e que se tenha realizado um desígnio.

No conceito de uma crescente complexidade associa-se o da emergência de novas estruturas e funções. É a posição de vários cientistas crentes, entre os quais o genetista Francisco Ayala, que fala de «desenho sem desenhador». Nesta linha expressou-se recentemente o genetista Francis Collins (2207), o qual afirma que Deus não tem necessidade de intervir na evolução e apoia um evolucionismo teísta que define «posição BioLogos».

«O evolucionismo teísta, como o darwinismo clássico – notou recentemente o Cardeal Avery Dulles em “Vida e Pensamento” – abstém-se de defender uma qualquer intervenção divina no processo evolutivo. Admite que o aparecimento dos seres vivos, entre os quais o homem, possa ser explicado a nível empírico com mutações casuais e a sobrevivência do mais adaptado», mas recusa as conclusões ateias de Dawkins e dos seus seguidores. É uma posição que o Cardeal julga sustentável para um católico e que pode inserir-se numa filosofia cristã da natureza.

Posições parcialmente conciliadoras com a teoria darwiniana, mas críticas são expressas por aqueles que admitem a teoria de Darwin, mas não a consideram suficiente. A nível microevolutivo não há problema, mas para a formação de reagrupamentos superiores e ds grandes direcções dos vivos é preciso pensar noutra posição.

Neste âmbito sobressaem modos de ver muitos diversos. Um é a visão teilhardiana. Teilhard de Chardin, convicto defensor da dependência do mundo de Deus criador e da evolução dos vivos, afirmava que os factores sustentados pela teoria darwiniana não foram suficientes para realizar os processos evolutivos, caracterizados por uma crescente complexidade em determinadas direcções. A complexidade é interpretada como aumento de consciência, expressão de energia radical – ou energia psíquica – que difere da energia tangencial própria dos processos biológicos. Não se evocam factores externos, mas internos à matéria viva. Toda a evolução é um mover-se «rumo a», uma tensão que culmina na consciência reflexiva do homem e através da humanidade tende a um superorganismo identificável no ponto ómega, que por sua vez coincide com Cristo, o resumo de toda a realidade segundo São Paulo.

A visão científica torna-se mística. Ela tem aspectos de uma grande síntese na qual a história da vida culmina no homem, mas não se esgota nem sequer na humanização, e dá um novo sentido à história. É possível que existam forças internas que orientam a evolução, mas neste momento não se conhece a sua natureza.

Outro modo de enfrentar a questão é relativo à teoria do «Intelligent design» (Id). Desenvolvida no ambiente dos criacionistas americanos, a teoria representa uma versão moderna do chamado criacionismo científico. A evolução não é negada a nível microevolutivo, mas contesta-se que através de mutações casuais possam formar estruturas irredutivelmente complexas – como por exemplo o flagelo bacterico, o olho, a molécula da hemoglobina –, e invoca-se uma causa externa superior, introduzindo assim nos processos evolutivos um agente de ordem inatural. Deste modo pode realizar-se uma evolução dos vivos respondendo a um desígnio inteligente.

Esta posição é contestada sob o ponto de vista científico, porque não apresenta uma explicação científica dos processos evolutivos, e sob o ponto de vista teológico, porque a intervenção de uma causa externa – facilmente identificada com Deus – configura a sua acção

como substituição dos factores naturais que ainda não conhecemos e assim, se por acaso viermos a conhecê-los, Deus pareceria um tapaburacos da nossa ignorância.

Se não estivermos satisfeitos com as explicações actuais é melhor reconhecê-lo e empenhar-se para encontrar outras, permanecendo no campo das ciências naturais. A posição de Id possui o grave risco de envolver num juízo negativo a ideia de um desígnio de Deus criador, que faz parte da doutrina da Igreja, mas não pode ser confundida com a de um Deus que intervém, corrige a natureza e orienta o seu percurso. Sem falar da expressão «desígnio inteligente» que leva a pensar na natureza como uma engrenagem perfeita, uma ideia que não se concilia com incongruências e anomalias no mundo dos vivos e deixa de qualquer modo irresolutas e dramáticas interrogações sobre o sofrimento e a morte. Qual é a semelhança – pergunta-se o Pe. Martelet (2007) – entre o Deus da criação e um «Designer cósmico» estranho às últimas interrogações do homem? Isto não exclui que se possa e se deva reconhecer um projecto superior sobre a natureza humana e o homem, conciliável com um universo, que parece limitado e provisório, embora seja ordenado no seu conjunto e remeta a outro.

Depois, existem tentativas de encaminhar-se na direcção de uma síntese. O modelo darwiniano da evolução é aceite como ponto de partida ou como um dos mecanismos evolutivos. Mas é necessário abrir-se à integração e a alargamentos.

A casualidade das mutações não parece absoluta e manifesta-se com vínculos que as canalizam; não se encontra do mesmo modo nos vários níveis e estruturas, não parece explicar as convergências evolutivas, em séries distantes no espaço e no tempo, e a entrada em acção dos genes reguladores de estruturas e funções complexas em diversas linhas evolutivas. É assinalada uma herança epigenética por variações adquiridas durante o desenvolvimento, que se adiciona à do ADN. Admite-se que para a evolução concorram factores do tipo determinista factores casuais.

É uma posição crítica que olha para além do darwinismo, como única explicação da evolução. Poder-se-ia falar de um evolucionismo aberto a uma nova síntese, na qual poderia ser melhor compreendido como se realiza o projecto de Deus criador, devido à potencialidade da matéria viva. No que diz respeito à origem da vida na terra existe quem admita que tenha ocorrido por causas naturais, outros não estão convencidos disto. De qualquer modo, os acontecimentos que se registaram revelam a potencialidade da matéria criada por Deus.

Na visão teilhardiana e da precedentemente mencionada afirma-se a evolução, mas permanece aberto o campo tanto para as descobertas da ciência como para os aprofundamentos da filosofia da natureza para explicar de modo satisfatório as modalidades nas quais ocorreu a evolução. De modo particular, deve-se aprofundar o nexos entre causa eficiente e causa final, revelador de finalismos, quer a nível de estruturas (teleonomia e teologia) quer a nível mais geral no mundo vivo. Isto assume importância para o sentido da evolução. Como observou o Cardeal Schönborn (2007), no debate sobre a evolução «a questão decisiva não se coloca no plano das ciências naturais e nem no da teologia, mas coloca-se entre um e outro: no plano da filosofia da natureza».

Portanto, deve-se continuar a explorar a natureza nas suas diversas expressões para compreender a sua linguagem e a mensagem que contém, especialmente no que diz respeito ao homem. Talvez neste campo nunca existirá uma última palavra que revele plenamente os segredos da natureza e as intenções de Deus expressas na criação, mas permanece fundamental continuar abertos às conquistas da mente humana.

FAMÍLIA – ENCONTRO DE MILÃO

O VII Encontro Mundial das Famílias, que decorreu em Milão 30 de Maio a 3 de Junho, pode considerar-se como um dos mais notáveis acontecimentos do ano: mais de um milhão de pessoas, principalmente casais e mesmo famílias completas, estiveram reunidas com o Papa Bento XVI para celebrarem e estudarem mais profundamente o valor e responsabilidade da Família no mundo contemporâneo.

O Encontro tinha sido apresentado aos meios de comunicação social numa Conferência em 22 de Maio, em que foram salientadas as linhas mestras do pensamento da Igreja sobre a importância e o valor da Família, como base de todo o progresso. Damos a seguir o relato dessa apresentação, feito por Lucas Marcolívio, da agência «ZENIT.org».

No decurso do Encontro realizaram-se igualmente sessões de estudo sobre temas específicos como o valor do trabalho, da disciplina, da gratuidade espontânea.

1. APRESENTAÇÃO DO ENCONTRO DE MILÃO

É na família que os homens encontram a própria felicidade

A família não é uma coisa do passado, pelo contrário, é a aquela instituição que garante um futuro a todas as gerações. Além disso, fora de qualquer consideração moralista ou alarmista, a família faz melhor e, de muitas maneiras mais fácil, a vida das pessoas.

Estas são algumas das ideias apresentadas nesta manhã (22 de Maio) no Vaticano, durante a Conferência Colectiva de imprensa de apresentação do VII Encontro Mundial das Famílias, na presença dos cardeais Ennio Antonelli e Angelo Scola Angelo, respectivamente presidente do Conselho Pontifício para a Família e arcebispo de Milão.

O cardeal Antonelli, em primeiro lugar, relatou algumas estatísticas sobre o Encontro Mundial das Famílias, que acontecerá em Milão do 30 de maio ao 3 de junho: 6900 participantes (incluindo 900 crianças) para o Congresso Teológico pastoral; 104 relatores provenientes de 27 nações; aproximadamente 300 000 participantes para o encontro de oração, de testemunho e de festa, sábado à noite, 2 de Junho, com o Papa Bento XVI, cujo número está destinado a subir para 1 milhão durante o encontro do domingo de manhã com o Santo Padre.

O cardeal também anunciou a publicação do *Enchiridion* que recolhe os ensinamentos mais recentes da Santa Sé sobre as questões da família e da vida humana. O texto abrange os últimos anos do pontificado de João Paulo II e os seis primeiros de Bento XVI (2005-2011).

O *Enchiridion* destina-se principalmente aos operadores da pastoral familiar, às associações, aos movimentos pró-família e pro-life, aos estudiosos, aos professores, aos políticos e trata temas que vão da teologia e antropologia da família, à educação familiar, à formação para a vida conjugal, à ética da vida.

Na opinião do cardeal Antonelli, então, é incorreto falar de “família vítima da crise económica.” É bem verdade que a crise económica e a crise da família têm uma “matriz comum” que reside nos males antropológicos do nosso tempo: o individualismo, o relativismo, o utilitarismo e o consumismo.

Entrando no tema do VII Encontro Mundial das Famílias - Família, trabalho, festa – o cardeal Scola mostrou dois “aspectos constitutivos”: “a unidade da pessoa e a sua forma de estar sempre em relação”.

A família fundada pela união conjugal entre um homem e uma mulher, também, “além de todos os acontecimentos culturais que o caracterizam, continua a ser o principal caminho para a geração e o crescimento da pessoa”, destacou Scola.

A família, também, continuou o arcebispo de Milão, é o lugar onde a criança aprende a dizer “eu”, dá os primeiros passos, encorajados pela mãe e pelo pai, e “vê o futuro como promessa”. É sempre graças à família que cada um cresce nas relações sociais e laborais. Em particular, “saborear a confiança recíproca, indispensável para a convivência entre os homens”.

O factor festa (ou repouso) é fundamental por vários motivos: em primeiro lugar porque reestabelece um equilíbrio entre a vida afetiva e aquela laboral. “A festa é o ponto mais alto do repouso, pelo uso gratuito e comum do tempo e do espaço que é fonte de alegria – explicou Scola – o homem reconcilia-se consigo, com os outros e com Deus. Não é por acaso que todas as tradições religiosas se voltaram para a festa. A nossa sempre teve no domingo seu carácter distintivo”.

Antecipando um pouco do Encontro Mundial de Milão, Scola disse que o Santo Padre almoçará ou jantará com uma família de cada continente, enquanto que a Caritas Ambrosiana, em colaboração com a Universidade Católica, oferecerá comida às famílias mais pobres, realizando um dos desejos que o Papa expressou.

Depois disso o professor Donati apresentou o livro preparado por ele, fruto de uma extensa pesquisa (*Família Recurso da Sociedade (Il Mulino, 2012)*), articulada em torno de uma questão recorrente na opinião pública: a família é ainda um recurso para a pessoa e para a sociedade, ou ao contrário, é um resquício do passado que impede

a emancipação dos indivíduos e o advento de uma sociedade mais livre, igualitária e feliz?

A partir do arquétipo da “família normo-constituída” (ou seja, marido e mulher, com pelo menos dois filhos), a investigação de Donati revela que a desconstrução desta definição de família não melhora – mas só piora a condição existencial dos indivíduos, destinados, desta forma, a tornar-se sujeitos passivos, ao invés de actores da sociedade, capaz de gerar “capital humano e social.”

A publicação visa, entre seus objectivos, minar os estereótipos como aquele em que no interior da família, o jovem seja educado para uma indiferença substancial e irresponsabilidade com relação à sociedade e aos deveres cívicos.

A realidade, explicou Donati, é que a família não é responsável por esta indiferença social, mas sim é a vítima, enquanto só o Estado e o mercado têm tido nos últimos anos um papel negativo em tal sentido.

A família, aliás, é sempre um “jogo de soma positiva”, porque ao mesmo tempo que gerando muitos filhos diminui os recursos económicos disponíveis, por outro lado há uma relação inversa entre a “riqueza económica e a riqueza relacional”.

2. ALGUNS TEMAS DE ESTUDO EM SESSÕES DE TRABALHO

Família: uma escola para aprender o significado do trabalho

Um dos pontos fundamentais que foram salientados dizem respeito à necessidade de redescobrir e ensinar aos mais jovens a gratuidade e a disciplina. Foi na segunda sessão da tarde do VII encontro Mundial das Famílias, no dia 30 de maio em Milão, que o Padre Ugo Sartorio, diretor do *Mensageiro de S. Antonio* e moderador da mesa-redonda sobre *Ajudar os filhos a descobrir o sentido profundo do trabalho* lembrou, na abertura que, talvez, hoje, como alguém escreveu, “a educação não acabou”, mas certamente

se esgotou, dado o assédio à qual está submetida... Num período de baixa tensão educacional, *avocacional*, em que não há mais referência nem ao outro e nem ao Alto, hoje mais do que nunca o educador é uma testemunha.

Como diz o cardeal Scola no livro *Famiglia, risorsa decisiva* (Edizioni Messaggero Padova 2012), não é possível dizer sem dizer-se, nem dar sem dar-se.

O primeiro a falar foi Gerardo Castillo Ceballos, professor de Pedagogia da Universidade de Navarra, que com a sua esposa Julia Albarrán criou 6 filhas e 22 netos. O premente convite foi o de superar a mentalidade utilitarista da sociedade de hoje, lembrando a totalidade da pessoa que como dizia João Paulo II e que também se aplica à família: uma escola onde se ajuda cada filho a descobrir o sentido profundo do trabalho, que favorece a humanização do homem e das suas relações familiares e sociais.

O trabalho é oportunidade e meio para desenvolver as próprias capacidades e crescer nas virtudes humanas e cristãs. Dos pais se espera que promovam nos filhos o hábito do trabalho, estimulando-os com o próprio exemplo e com o hábito do serviço.

Portanto, é necessário promover situações e experiências de trabalho doméstico, com estudo e trabalhos ocasionais que ajudem a crescer. Da mesma forma, cabe aos pais ajudar seus filhos a descobrirem a própria vocação “de vida”, em paralelo com a descoberta da vocação cristã.

Em seguida pertenceu a Antoine Renard – presidente das *Associations Familiales Catholiques e da Fédération Familiales Catholiques en Europe* – rebater junto com a mulher Anna Isabelle o quanto, na sociedade competitiva de hoje, a gratuidade e a disciplina devem ser redescobertas por todos e ensinadas aos mais jovens como valores positivos para viverem uma vida plena e libertadora.

Concluiu as intervenções Eugenia Scabini, há tempo directora do *Centro di Ateneo Studi e Ricerche sulla Famiglia* e até ao ano passado presidente da Faculdade de Psicologia da Universidade Católica de Milão. Scabini observou que a inclusão do termo “trabalho” no título do Encontro Mundial das Famílias indica um desafio cultural que não devemos abaixar a guarda. Já na Encíclica *Laborem Exercens* (1981), João Paulo II descrevia a família como “primeira escola de trabalho” (n. 9), e é verdade: dentro das paredes da casa se aprende a levar adiante as tarefas, fazendo-as bem, e colaborando reconhecendo-se responsáveis pelo ambiente comum de vida.

Em família experimenta-se que não é possível realizar-se sozinho, mas que a relação com os outros é essencial para dar sentido e substância à própria vida: um modo de ver e de pensar que se transfere também na concepção da profissão, plenamente parte da própria vocação e elemento crucial na construção de uma identidade completa adulta.

Uma segunda mesa redonda entre os relatores – no qual se acentuou que, mais do que de “prazer”, será mais correcto falar de “gosto” no próprio trabalho – mostrando por fim como o educar seja bem mais do que um “tirar para fora” o projecto que cada um de nós tem dentro, mas sim um “nutrir” e um “conduzir” que dá a direcção para afrontar a realidade de modo positivo.

(recolha, selecção parcial e adaptação de J. Boléo-Tomé)

FAMÍLIA EM ÁFRICA*

«Destruir a família é destruir a sociedade», disse o cardeal arcebispo de Kinshasa Laurent Monsengwo Pasinya no simpósio organizado em Cotonou, Benin, de 24 a 26 de Janeiro, em colaboração com o Pontifício Instituto João Paulo II para o estudo sobre o matrimónio e a família.

O simpósio marcou o décimo aniversário da Federação Africana de Acção Familiar (FAAF). A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Cardeal Robert Sarah originário da Guiné Konacry, e presidente do Pontifício Conselho Cor Unum.

Dany Sauvage presidente da FAAF explicou ao Zenit que a reunião de Cotonou foi organizada para a comemoração deste décimo aniversário: “Algumas personalidades da Igreja vieram para celebrar” com os membros da FAAF.

A FAAF diz ele, “federa umas 20 associações de acção familiar africana, espalhadas por 19 países do nosso continente, que trabalham na área.”

Quanto à missão da Federação, Sauvage acrescentou que “a FAAF considera que a plenitude integral do homem se realiza pela família, santuário da vida e do amor”: “Sua missão é desenvolver as capacidades das suas associações membro. Elas educam os jovens para a vida e para o amor, promovem os valores conjugais e familiares, e ensinam uma maternidade/paternidade responsável de acordo com o plano de Deus para o casal e para a família. “

* Enviado por *ZENIT.org* em 6 de Fevereiro, 2012

Destruir a família é destruir a sociedade

Por sua parte, o Cardeal Laurent Monsengwo Pasinya, Arcebispo de Kinshasa, que presidiu a reunião, afirma que o lugar da FAAF na África “é muito importante.” Na verdade, diz ele, “a família há trinta anos experimentou profundas transformações indo sempre no sentido de uma destruição progressiva da célula familiar. Para muitos, a estabilidade matrimonial não é um ideal”.

Afirma o papel social da família nestes termos: “Toda a sociedade necessita da família, célula primária. A Igreja também. Sabemos que a família que nasce de um matrimónio indissolúvel e fiel, é o lugar de encontro com Deus para os esposos”.

Sublinha a gravidade desta atitude para a sociedade. A partir do momento em que nós fugimos do matrimónio e da família, esta dimensão do mistério inerente à economia divina, todos os desvios são possíveis: a violência, abusos conjugais, paternidade e maternidade irresponsáveis. Destruir a família é destruir a sociedade; destruir a família é destruir a Igreja. O matrimónio e a família são o maior presente que Deus fez à humanidade para sejam verdadeiramente à sua imagem.

“Os actores do FAAF no meu país e nos outros países africanos procuram ensinar nos lugares onde vivem a boa notícia da Igreja sobre a sexualidade, evangelizam o amor humano “, destaca o arcebispo.

Uma obra de longa duração

Outro dos participantes do simpósio foi o arcebispo de Varsóvia-Praga, o arcebispo Henryk Hoser, ex-missionário, que trabalhou 21 anos no Ruanda, onde participou no lançamento da Associação Familiar de Ruanda e se tornou co-fundador da FAAF.

Monsenhor Hoser destacou que “a acção da FAAF está enraizada num trabalho a longo prazo dos nossos predecessores na acção familiar”, antes de lembrar o compromisso de vários pioneiros

e comunicou a sua alegria porque “a FAAF cresceu atingindo sua maturidade: um verdadeiro presente de Deus!”

O secretário do Conselho Pontifício para a Família, monsenhor Jean Laffitte, participou nesta reunião para trazer uma mensagem de encorajamento aos participantes: “Desde sempre a Igreja se interessou pela família, o beato João Paulo II deu-nos uma herança maravilhosa sobre o tema da família. O nosso Papa, Bento XVI, continua contribuindo na sua encíclica *Deus Caritas Est*, um ponto importante sobre o Amor Divino, sobre eros e ágape. O Eros só se entende quando a união entre o corpo e o espírito esteja totalmente cumprida. Aqui está uma verdadeira maturidade do Eros, uma purificação. Eros e ágape não podem ser dissociados, isto é verdade no homem, porque misteriosamente é verdade para Deus. O matrimónio fundado no amor exclusivo e definitivo, aberto à transmissão da vida torna-se o ícone do relacionamento de Deus com o seu povo, e vice-versa, a medida com a qual Deus ama torna-se a medida do amor humano “.

Monsenhor Laffitte concluiu: “Estou impressionado com as pessoas aqui presentes, que trabalham para que os casais que encontram possam concretamente inscrever seu amor humano no plano divino”.

[Tradução Thácio Siqueira e «A. M.»]

JÉRÔME LEJEUNE - UM DEFENSOR DA VIDA HUMANA -

Alexandre LAUREANO SANTOS

“...Um único critério pode medir a qualidade de uma civilização. É o do respeito pelos mais fracos dos seus membros. Uma sociedade que se esquece disso está ameaçada de destruição. A civilização faculta aos homens o que a natureza não lhes deu. Quando uma sociedade recusa a existência aos mais frágeis e deserdados recusa a própria civilização...”

Jérôme Lejeune

Introdução

No dia 11 de Abril de 2012 na Catedral de Notre Dame de Paris encerrou-se o processo diocesano de beatificação do servo de Deus **Jérôme Louis Marie Lejeune**. O sacerdote postulante da causa de beatificação foi o Padre Superior da Abadia Beneditina de Saint-Wandrille P. Jean-Charles Nault. O processo iniciara-se em 28 de Junho de 2007, treze anos depois da morte do Professor Jérôme Lejeune que ocorrera aos 72 anos de idade no domingo de Páscoa de 1994.

O Professor Jérôme Lejeune depois de concluir o seu curso de Medicina na Universidade de Paris manifestou o desejo de ser médico pediatra numa zona rural. Todavia, durante os seus estágios de formação pediátrica interessou-se particularmente pelos doentes de mongolismo. Designavam-se também estes quadros por síndrome

de Down em homenagem ao médico britânico John Langdon Down que os descrevera no Séc. XIX (1). Anteriormente à descrição do quadro clínico havia muitas menções a esta entidade na arte e na literatura. A sua origem era desconhecida sendo então atribuída a múltiplos factores etiológicos.

A síndrome de Down caracteriza-se por uma combinação de alterações de expressão clínica variável na aparência facial, nas capacidades cognitivas e em várias anomalias do desenvolvimento físico. As pessoas portadoras da síndrome podem ter um atraso mental moderado ou profundo. Algumas das suas características estão presentes em pessoas aparentemente normais. Incluem a presença de uma única prega palmar transversa (uma única prega na face palmar de ambas as mãos em vez das duas pregas características habituais), os olhos amendoados com fissuras palpebrais oblíquas, a existência de pontos brancos na íris, de microcefalia, de uma pirâmide nasal pequena e achatada, de membros e dedos curtos, de hipotonia muscular com flexibilidade excessiva das grandes articulações e de protusão lingual (devido à pequena cavidade oral). Há uma probabilidade maior da incidência de cardiopatias congénitas, de refluxo gastro-esofágico, de apneia do sono, de disfunção tiroideia, de otites recorrentes e de uma maior vulnerabilidade a infecções bacterianas e virais.

O quadro era geralmente identificado na altura do nascimento da criança. A doença está presente em todas as comunidades humanas e em todas as classes sociais, parecendo ser mais frequente nos nascimentos provenientes de mães mais idosas. Tem sido verificada a sua existência nalgumas espécies de mamíferos superiores. A sua origem genética cromossómica foi descrita em 1958 pelo Professor Jérôme Lejeune e pelos seus colaboradores que revelaram a presença de um cromossoma 21 supranumerário nos portadores da síndrome de Down.

“O estudo das mitoses de fibroblastos em culturas de tecidos recentes provenientes de nove crianças mongolóides (cinco rapazes e

quatro raparigas) permitiu-nos demonstrar a presença sistemática de 47 cromossomas sendo o cromossoma supranumerário telocêntrico. Admite-se a hipótese de um determinismo cromossómico na génese da doença” (2,3).

A síndrome de Down é referida como sendo uma doença de transmissão genética muito comum, oscilando a sua prevalência entre 1 caso para cada 600 e 1000 nascimentos.

Alguns dados biográficos

Jérôme Lejeune nasceu em 1926 em Montrouge sur Seine, no Sul de Paris, numa família da classe média. Ao longo da sua vida manifestou uma grande veneração pelos seus pais que facultaram aos filhos o desenvolvimento das suas capacidades físicas e espirituais com a maior liberdade. Teve uma excelente formação humanística no ensino secundário com estudos de latim, grego, filosofia, literatura, religião, matemática e geometria. Concluiu os estudos liceais em 1946 tendo a sua adolescência sido marcada pela guerra como a de todos os jovens da sua geração em França. Fez os seus estudos subsequentes na Universidade de Paris. Após os estágios cumpriu o serviço militar nos Serviços de Saúde Militar. Simultaneamente com a sua preparação pediátrica foi admitido como estagiário no *Centre Nationale de Recherches Scientifiques (CNRS)* tendo-se interessado particularmente pelas consequências das radiações ionizantes nos núcleos celulares. Percorreu toda a carreira de investigador no instituto tendo sido nomeado perito internacional em efeitos biológicos das radiações (sobretudo sobre o DNA cromossómico) e director de projectos de investigação. Em 1953, concentrou o seu interesse na dermatoglia (ramo da medicina que estuda os padrões de configuração dos sulcos da superfície da pele em particular dos sulcos das pregas e das impressões digitais). Com o apoio de Raymond Turpin pôs em evidência as relações existentes entre as linhas plantares das mãos humanas, as impressões digitais e certas características físicas e psicológicas dos indivíduos. Os dois médicos demonstraram que

a determinação da presença e da estrutura das linhas palmares está presente nas primeiras fases do desenvolvimento dos embriões humanos e que é possível diagnosticar o mongolismo em fases muito precoces por certas características dos esboços das linhas palmares embrionárias. Em 1958 revelou que existem anomalias cromossómicas nos portadores de síndrome de Down durante uma visita à Universidade de S. Gill, em Montreal (Canadá). Ainda em 1958 foi docente convidado num curso de Genética Humana da Universidade de Stanford em S. Francisco, Califórnia. Em Janeiro de 1959, juntamente com os seus colegas Marthe Gauthier e Raymond Turpin, fez uma comunicação à Academia de Ciências de França sobre a existência de anomalias cromossómicas características nas células de culturas de tecidos obtidas a partir de portadores da síndrome de Down. Pela primeira vez foi possível demonstrar uma relação entre uma anomalia cromossómica e o atraso mental: *“A doença da inteligência está relacionada com as sinapses das ligações nervosas que diminuem a velocidade e o rendimento da transmissão dos estímulos, de tal modo que se vai transmitindo de sinapse em sinapse uma informação cada vez mais atrasada e incompleta deformando a mensagem nervosa final. No fundo, o sistema nervoso dos débeis mentais comporta-se um pouco como o dos toxicómanos. Como se houvesse uma intoxicação, ligeira mas contínua, que resultasse da presença de uma substância que se acumula como consequência de um bloqueio ou de um excesso de actividade de uma enzima; por sua vez, a actividade enzimática dependerá da presença, da ausência ou da existência de anomalias num certo cromossoma”* (4).

Em 1960, Jérôme Lejeune fez o seu doutoramento a partir dos resultados das suas investigações nos cromossomas dos portadores da síndrome de Down (Doctorat es Sciences). No ano seguinte, *The Lancet* publicou uma carta ao editor subscrita por 19 geneticistas de renome internacional propondo que o termo mongolismo, idiotia mongolóide ou mongoloidismo, por motivo das suas conotações rácicas, fosse substituído pelo de síndrome de Down,

síndrome de Langdon-Down, acromicria congénita ou anomalia da trissomia 21 (5). A doença era designada nessa altura por muitas outras denominações. O texto foi reproduzido no mesmo ano pelo *American Journal of Human Genetics*. Essa carta modificou não só o vocabulário médico e a literatura científica como o léxico utilizado nos meios de comunicação e na linguagem comum. O termo “*mongolismo*” diminuiu progressivamente a sua frequência na literatura especializada e desapareceu na década de 80, sendo apenas utilizada nos artigos com referências históricas. Síndrome de Down é o termo mais generalizadamente utilizado na actualidade. Emprega-se geralmente o termo “*trissomia 21*” quando se quer fazer referência às alterações cromossómicas. As outras designações caíram em desuso (6).

Em 1963 foi nomeado professor de Genética Humana na Universidade Necker de Paris e director da Unidade de Citogenética do Hôpital Necker Enfants-Malades de Paris. Foi o primeiro professor de Genética Humana numa universidade. O seu instituto formou centenas de geneticistas humanos de múltiplas nacionalidades. Teve oportunidade de estudar subsequentemente com a sua equipa mais de 30.000 processos cromossómicos. Demonstrou que a falta de um determinado segmento do genoma (a monossomia) pode determinar a presença de anomalias clinicamente identificáveis, sendo considerado um dos fundadores da citogenética humana. Notando as alterações cromossómicas induzidas pelas radiações ionizantes, mesmo em doses mínimas, publicou vários trabalhos sobre os riscos da exposição às radiações nomeadamente na utilização das armas nucleares. Foi nomeado perito para a Comissão Internacional de Radioprotecção e para o Comité Científico das Nações Unidas.

Na sequência dos seus estudos demonstrou que a doença conhecida como Doença do Grito do Gato (denominação que resulta do facto de que o choro da criança ao nascer se assemelha ao miar de um gato) resultava da falta de um segmento do cromossoma 5. Em 1966 descreveu o quadro clínico ligado à trissomia do cromossoma

13. A sua equipa identificou outras trissomias (a do cromossoma 9 em 1970 e a do cromossoma 8 nos anos seguintes). Admitiu a ideia de que o conhecimento aprofundado das doenças cromossómicas e da sua patogenia poderia proporcionar a cura ou a atenuação das manifestações clínicas. A sua hipótese de que as anomalias trissómicas e monossómicas num cromossoma ou num dos seus segmentos poderiam conduzir a um excesso ou a uma deficiência funcional de uma enzima foi demonstrada quando se verificou um excesso de actividade da enzima superóxido-dismutase nos portadores de trissomia 21. Na sequência desta demonstração a equipa estudou a relação entre os défices de inteligência e algumas actividades enzimáticas, abrindo caminho a várias pistas terapêuticas que se encontram em aberto nos domínios da medicina molecular. O Professor Lejeune e a sua equipa nunca desistiram da ideia de encontrar uma terapêutica ainda que paliativa para a doença da trissomia 21 tentando criar um mecanismo de desactivação ou de neutralização dos efeitos da presença do cromossoma supranumerário (ou de alguns dos seus segmentos) nas suas consequências clínicas.

O Professor Jérôme Lejeune foi objecto de múltiplas honrarias e de títulos durante a sua carreira científica. Recebeu os títulos de Doutor Honoris Causa das Universidades de Dusseldorf (Alemanha), Pamplona (Espanha), Buenos Aires (Argentina) e da Universidade Pontifícia do Chile. Era membro da Academia de Medicina de França, da Academia Real da Suécia, da Academia Pontifícia do Vaticano, da American Academy of Arts and Sciences, da Academia de Lincei (Roma). Foi o primeiro Presidente da Academia Pontifícia para a Vida. Participou e presidiu em várias comissões da ONU e da OMS. Recebeu o Prémio Kennedy em 1962 (directamente das mãos do Presidente John F. Kennedy). Foram-lhe atribuídos o Prémio William Allen em 1969 e o Prémio Leopold Griffuel em 1992 pelos seus trabalhos sobre as alterações cromossómicas nas neoplasias (7).

O Prof. Jérôme Lejeune faleceu no dia 3 de Abril de 1994, dia de Páscoa, após uma grave doença. Os seus amigos e continuadores criaram a Fundação Jérôme-Lejeune para prosseguir a sua intervenção em favor das pessoas com atraso mental. Recebeu, a título póstumo, o Prémio Victoires de la Médecine juntamente com os Profs. Raymond Turpin e Marthe Gauthier pela descoberta da anomalia genética ligada à trissomia 21.

Um médico cristão

O Cardeal Fiorenzo Angelini, no seu artigo recente publicado no *Orizzonte Medico*, a revista dos médicos católicos italianos, sobre a figura moral e espiritual do Prof. Jérôme Lejeune (8) sublinhou que teve uma vida pessoal, espiritual e familiar de uma grande dignidade, simplicidade e sobriedade. De facto, no livro biográfico publicado após a sua morte pela filha Clara Lejeune, conta-se que numa recepção em casa de um famoso professor de clínica da Faculdade de Medicina de Paris, o anfitrião referia-se ao seu pai deste modo: *“Na verdade, eu tenho muita estima pessoal e científica pelo seu pai, mas temos modos diferentes de viver: eu vou todos os dias para o hospital num Ferrari; o seu pai vai para o hospital de bicicleta...”*

O Prof. Lejeune tinha uma prática religiosa assídua e sem ostentação. Participava na vida da sua paróquia em Paris fazendo parte do coro nas celebrações do domingo. A sua filha Clara refere-se a ele como um homem fora do comum. *“Não só amava a vida, como a defendia e a promovia, sobretudo nos mais desprotegidos. Era um homem de convicções fortes; um pessimista cujo realismo era animado por uma formidável esperança e uma enorme confiança no futuro”* (7).

Em 1970, foi feita uma proposta de lei em França que previa a supressão dos nascituros nos quais fosse reconhecida uma embriopatia ou uma fetopatia incurável. Essa proposta de lei trouxe ao Prof. Lejeune uma particular amargura porque toda a sua vida científica tinha sido orientada pelo objectivo de encontrar uma

terapêutica para estes doentes; havia criado as condições para um diagnóstico pré-natal rigoroso nesta e noutras doenças. Para ele as possibilidades de um diagnóstico preciso e correcto eram um caminho para a vida e não para a morte. Fora criado um horizonte de esperança na abordagem de muitas anomalias congénitas e não uma via que conduzia à destruição da vida humana nascente imperfeita. As sociedades e as tendências dominantes na cultura contemporânea corriam exactamente em sentido contrário (9).

Em Junho de 1973, apoiados nas opiniões de múltiplos juristas e de filósofos, Jérôme Lejeune e os médicos Emmanuel Sapin e Lucien Israel tornam pública uma “*Declaração dos Médicos de Paris*” intitulada “*Manifesto dos Defensores da Vida*” publicada no jornal *Le Monde*, que afirmava uma clara oposição à fecundação “*in vitro*” e às técnicas de procriação que implicavam a existência de embriões excedentários. O manifesto teve a adesão de mais de dezoito mil médicos franceses. Mais tarde iria opor-se à lei Weil sobre a procriação medicamente assistida e à legalização do aborto. As suas posições inequívocas de protecção da vida dos embriões excedentários, publicamente manifestadas, valeram-lhe a hostilidade de muitos sectores da sociedade francesa e mesmo a incompreensão de vários grupos de cristãos.

Neste período, o Prof. Lejeune participou em Nova Iorque numa conferência internacional promovida pela ONU sobre questões sanitárias na qual se propôs o abortamento legal para evitar as consequências dos abortos clandestinos e o nascimento de crianças mal-formadas. O Prof. Lejeune opôs-se numa intervenção pública afirmando “*que as instituições de saúde não podem transformar-se em instituições de morte*”. Esta frase em língua inglesa ganha uma sonoridade particular porque faz opor a palavra “*health*” (saúde) à palavra “*death*” (morte). Nessa mesma noite, no telefonema feito para Paris para a sua mulher, declarava: “*Hoje afirmei publicamente a impossibilidade de um dia me vir a ser atribuído o prémio Nobel*” (7).

Em 1976 fundou em França, juntamente com Geneviève Poullot, uma associação dedicada ao apoio às gestantes em dificuldades. Para muitos dos seus colegas as suas posições foram tomadas como extremistas, radicais e fundamentalistas. Alguns grupos médicos marginalizaram-no, excluindo-o deliberadamente da participação em reuniões científicas e em debates. Reafirmou, no entanto, as suas posições em várias circunstâncias...*“A compaixão pelos pais das crianças doentes é um sentimento que todos os médicos deveriam ter em alto grau... Não se protege ninguém de uma desgraça cometendo um crime... Aniquilar uma criança é simplesmente um homicídio... Não se alivia um sofrimento de um ser humano destruindo um outro... Quando a medicina perde a consciência dos seus erros não pode considerar-se medicina...”* (10).

A Santa Sé convidou-o em 1978 para várias das suas instituições pontifícias. Convidou-o para membro da Academia Pontifícia para a Ciência, uma instituição do Vaticano constituída por pessoas de reconhecido mérito em certas áreas científicas não necessariamente católicas, muitas pertencentes a outros credos religiosos. Convidou-o igualmente para fazer parte do Conselho Pontifício da Pastoral dos Operadores Sanitários.

Em Outubro de 1981 no Vaticano participou activamente nos trabalhos de uma reunião da Academia Pontifícia para a Ciência sobre a utilização das armas nucleares, a sobrevivência humana e as consequências possíveis para a saúde da humanidade. No mesmo ano, abordou o mesmo tema num colóquio no qual participava Leonid Breznev afirmando: *“As radiações nucleares têm numerosos efeitos deletérios sobre a vida humana, nomeadamente sobre os órgãos hematopoéticos e sobre o sistema nervoso, podendo provocar lesões irreversíveis e a morte. Podem induzir vários tipos de neoplasias e transmitir gravíssimas perturbações genéticas com repercussões imprevisíveis nas gerações futuras.”* Instado a reflectir sobre a ciência e a consciência acrescentou: *“A ciência comporta-se como uma árvore cujo fruto é o conhecimento: pode produzir indiferen-*

temente bons e maus frutos. Na época da colheita compete a nós, homens, recolher os bons frutos como o são tantos benefícios que favorecem a vida como os novos medicamentos e as tecnologias que permitem erradicar ou atenuar tantas doenças que afectam a humanidade. Não podemos deixar de transmitir às novas gerações a ideia de que o homem tem obrigação moral de proteger a vida. Na verdade, o desenvolvimento da tecnologia é cumulativo mas a sabedoria humana não cresce do mesmo modo. Nós, homens de ciência, temos o dever de proclamar que a ciência não tem condições para impor uma moral. É a moral que impede os homens de se precipitar numa catástrofe. Permitam-me que recorde esta terrível revelação do próprio Filho de Deus que hoje se impõe aos nossos olhos: Deus, que fez o Céu e a Terra, ocultou a compreensão destas coisas aos sábios e aos poderosos e revelou-as aos humildes e pequeninos...” (8).

Em Fevereiro de 1994 a Santa Sé publicava o *Motu próprio Vitae Mysteriorum* que instituiu a Academia Pontifícia Pro Vida, com o desígnio específico de estudar, informar e formar sobre os principais temas da Biomedicina e do Direito relativamente à promoção e à defesa da vida, sobretudo no que se refere aos temas específicos ligados à moral cristã e às propostas do magistério da Igreja. Sua Santidade João Paulo II nomeou o Prof. Jérôme Lejeune para o lugar de primeiro presidente da Academia Pontifícia Pro Vida. O Professor Lejeune encontrava-se já gravemente doente e não teve possibilidade de se deslocar a Roma, tendo recebido em Paris a sua nomeação pelas mãos do Secretário do Dicastério da Pastoral dos Operadores Sanitários, Monsenhor José L. Redrado, OH. Referindo-se à sua nomeação disse: “*O Papa praticou um acto de esperança nomeando um moribundo para esta função. Morro no meu posto...*” (7).

Por ocasião da sua morte, o Santo Padre João Paulo II enviou ao Cardeal Jean-Marie Lustigier, Arcebispo de Paris, uma longa mensagem: “*Na sua qualidade de sábio biólogo, ele apaixonou-se pela vida. No seu domínio foi uma das maiores autoridades mundiais... Tornou-se um defensor ardente da vida humana, especialmente da*

vida das crianças que estão para nascer, a qual na civilização contemporânea se encontra frequentemente ameaçada ao ponto de se poder pensar numa ameaça programada... O Professor Lejeune assumiu plenamente a responsabilidade dos sábios, pronto a assumir-se como um sinal de contradição, afrontando sem receio as pressões exercidas por uma sociedade permissiva e o ostracismo de que foi objecto por parte de vastos sectores seus contemporâneos...” (8)

A sua morte foi objecto de numerosas manifestações. Teve referências elogiosas em várias academias de ciência e em discursos de autoridades políticas, científicas e culturais. Chegaram a sua casa milhares de cartas do mundo inteiro. A frase mais comum nas cartas de pais de crianças foi: “...*Ele ensinou-nos a amar a nossa criança...*” (11).

Em 22 de Agosto de 1997, Sua Santidade João Paulo II esteve presente em Paris nas Jornadas Mundiais da Juventude. O Santo Padre quis recolher-se perante a sepultura do Prof. Jérôme Lejeune, a quem chamava “*Irmão Jerôme*”, afirmando ter sido esse um dos seus desejos mais firmes após a ocorrência da sua morte três anos antes.



NOTÍCIAS
E
COMENTÁRIOS

TER MAIS FILHOS MELHORA AS RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS*

A família “tradicional” é coisa do passado ou é um elemento-chave para a sobrevivência da sociedade e para o futuro das jovens gerações de todos os tempos?

Para responder a esta questão nada trivial, o Conselho Pontifício para a Família articulou uma pesquisa sócio-antropológica própria, que culminou no livro *Família: recurso para a sociedade* (2011), organizado por Pierpaolo Donati, professor de sociologia na Universidade de Bolonha. O livro foi apresentado ontem à tarde no Congresso Internacional Teológico Pastoral, acontecimento que está a anteceder o Encontro Mundial das Famílias em Milão.

A mesa redonda foi aberta pelo subsecretário do Conselho Pontifício para a Família, dom Carlos Simon Vazquez, que destacou o vínculo indissolúvel entre a família e a felicidade que todo o homem deseja. O prelado informou que a pesquisa coordenada pelo professor Donati revela a família como o principal objectivo e anseio entre as gerações mais jovens.

Donati explicou que a pesquisa não teve o propósito de “fotografar” a crise da família, nem de confirmar a suposta diminuição da família constituída por um homem e por uma mulher, casados, com dois filhos pelo menos.

* Enviado por *ZENIT.org*, em 4 de Abril. 2012

A pesquisa mostrou que, ainda hoje, esta família tradicional tem um papel fundamental nas aspirações mais profundas dos italianos e é capaz de satisfazer o seu desejo de felicidade, particularmente em situações familiares diferentes (pais separados ou em coabitação, pais com um só filho, etc).

Verificou-se que a família tradicional é a mais “satisfatória” e a mais produtiva em termos de “capital humano e social”. Quando se afasta deste modelo, a família perde a capacidade de unir as pessoas e de criar solidariedade.

A pesquisa identifica, como um primeiro grupo, as famílias monoparentais, que, devido aos seus problemas quotidianos, se aproxima da mesma situação das pessoas que vivem completamente sós. Nesta tipologia, podem manifestar-se dificuldades graves nas relações sociais.

Um segundo grupo é o dos casais sem filhos, que sofrem certa “precariedade relacional”. “São os filhos que fazem um verdadeiro casal”, explica Donati.

Em melhor situação encontra-se o terceiro grupo, dos casais com um só filho, mas eles tendem a superproteger a criança e a fechar-se mais, do ponto de vista da interacção social.

Finalmente, vêm as famílias consideradas tradicionais, compostas de marido e mulher e ao menos dois filhos: são as mais “pró-sociais” e abertas ao mundo exterior, bem como as mais idóneas para transmitir valores. Neste tipo de família, a qualidade de vida é geralmente a melhor: elas são “a principal fonte de capital social”, ressalta Donati.

Segundo a pesquisa, há, portanto, dois factores que tornam uma família “virtuosa”: o casamento e o número de filhos. “O casamento melhora a atitude para com a sociedade, não sendo simplesmente um acordo legal, mas um ritual que liga o público com a esfera privada”.

“Quanto mais filhos, maior a riqueza de relações. Embora muitas

vezes as relações entre irmãos não seja excelente, ainda é melhor ter relações difíceis com os próprios irmãos do que ser filho único”.

O presidente do Fórum Nacional das Famílias, Francesco Belletti, enfatizou o papel da família como baluarte contra o abuso de poder, um “poder dos sem-poder”, partindo do caso de José e Maria, que mantiveram o filho Jesus a salvo da fúria assassina de Herodes.

Muitas vezes, é justamente a família que leva a sociedade a reforçar-se para proteger as reais necessidades dos cidadãos. É o caso das associações de famílias com crianças deficientes. Com frequência, aliás, as famílias se vêem obrigadas a exercer uma “subsidiariedade em sentido inverso”, compensando as deficiências do Estado.

Em prol da família há quem faz muito, mas, sem dúvida, pode-se fazer muito mais, disse Belletti. “Protestamos muito pouco contra os padrões negativos do cinema e da TV!”.

A última contribuição do evento foi de Giovanna Rossi, professora de sociologia da família na Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão, que ilustrou uma pesquisa feita por ela própria sobre a conciliação trabalho-família.

A pesquisa mostra que a demanda por esta conciliação é muito forte, mas, em geral, acaba diluindo-se na opção exclusiva pelo trabalho, com a conseqüente renúncia à família.

A escolha de um trabalho de tempo integral por parte de um dos pais e de tempo parcial por parte do outro é considerada ideal para os casais com filhos pequenos, mas, à medida que eles crescem, tende-se a preferir o trabalho de tempo completo para ambos.

Diante das várias propostas construtivas para resolver este problema, o caminho a percorrer ainda é “longo e acidentado”, avisa a pesquisadora.

(Lucas Marcolivio)

FAMÍLIA E VIDA: UE FINANCIARIA ASS. ABORTIVAS*

Em 27 de março, no parlamento europeu em Bruxelas, a directora executiva da *European Dignity Watch*, Sophia Kuby, denunciou a atribuição de muitos milhões de euros dos fundos da União Europeia (UE) para associações e programas contrários à vida e à família. A denúncia aconteceu durante a II Semana Europeia pela Vida, organizada pela Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE) e pelo Partido Popular Europeu (PPE).

Kuby fez perguntas candentes: “É verdade que as ajudas ao desenvolvimento e à saúde reprodutiva da UE são usadas para praticar abortos nos países em desenvolvimento? Há negligência nestes financiamentos ou a UE faz isto conscientemente? É aceitável que a UE use fundos dos contribuintes para financiar esses programas? Se há negligência, que medidas vão ser tomadas para prevenir os abusos?”.

A representante da Dignity Watch pediu respostas claras da Comissão.

Em apoio à denúncia, a *European Dignity Watch* apresentou o detalhado relatório «*The funding of abortion through EU development aid. An Analysis of EU's Sexual and Reproductive Health Policy*» [Financiamento do aborto através da verba de desenvolvimento da UE – uma análise da política de saúde sexual e reprodutiva da UE, ndr], que documenta os financiamentos da União Europeia e a colaboração estreita da Comissão Europeia com a International Planned Parenthood Federation (IPPF) e a Marie Stopes International, as duas principais associações pró-aborto do mundo.

Estas organizações abortistas não são as únicas entre as sustentadas pelos fundos europeus.

* Enviado por ZENIT.org – 14 de Maio, 2012

Depois do pedido de informação, muitos deputados europeus disseram-se disponíveis para apoiar a *European Dignity Watch* exigindo que a Comissão da UE responda às questões colocadas e acabe com o “financiamento polémico e ilegal num assunto em que não há nem competência nem consenso”.

O relatório da Dignity Watch mostra que a UE é, com grande diferença, o maior doador mundial de fundos para associações que praticam abortos e políticas contrárias à vida e à família, com quase 56% da verba total.

Essa verba passa pelos fundos para o desenvolvimento e para a saúde reprodutiva. Para o período 2011-2013, a UE dedicou 280 milhões de euros a programas de saúde sexual e reprodutiva nos países em vias de desenvolvimento.

Por trás da expressão “saúde sexual e reprodutiva”, escondem-se práticas de interrupção da gravidez, difusão de contraceptivos abortivos e operações de esterilização. O estudo da *European Dignity Watch* mostra que só em 2007 a UE financiou projectos da Marie Stopes International com 3,5 milhões de euros, mais 9 milhões de euros nos anos 2005 e 2009. Com estes fundos, o IPPF e a *Marie Stopes International* promoveram programas abortivos em Bangladesh, Camboja, Indonésia, Quênia, África do Sul, Papua Nova Guiné, Bolívia, Guatemala e Peru, chegando a empregar linguagem ambígua e mentirosa para driblar as legislações contrárias ao aborto em Bangladesh, na Indonésia e em alguns países sul-americanos, onde seus programas foram apresentados como de “regulação menstrual”.

Sophia Kuby pede que a Comissão explique aos estados-membros por que as ajudas ao desenvolvimento foram usadas para praticar abortos e políticas opostas à vida. Na sua conclusão, o relatório da *European Dignity Watch* convida a Comissão a garantir “alimentos, água potável, saúde e instrução às crianças em dificuldade, em vez de reduzir o seu número”.

Para consultar o relatório poderá fazê-lo no endereço electrónico seguinte:

http://www.europeandignitywatch.org/fileadmin/user_upload/PDF/Day_to_Day_diverse/Funding_of_Abortion_Through_EU_Development_Aid_full_version.pdf

(Antonio Gaspari)

FAMÍLIA E VIDA HUMANA*

“*Quem salva uma vida, salva o mundo inteiro - Do exemplo de Chen Guangcheng ao estudo-piloto Y-VarViac*” é o título da Conferência Científica realizada em 12 de Maio na Faculdade de Bioética do Ateneu Pontifício Regina Apostolorum (APRA), no décimo aniversário de sua fundação.

A conferência foi dedicada ao famoso dissidente chinês pró-vida Chen Guangcheng, que denunciou esterilizações e abortos forçados por parte do Governo de Shadong. Suas recentes aventuras, como a fuga, o refúgio na embaixada dos EUA em Pequim e a hospitalização, foram notícia no planeta inteiro.

O encontro teve a participação do Dr. Renzo Puccetti, médico e ensaísta; do Pe. Gonzalo Miranda, LC, decano da Faculdade de Bioética do Ateneu; do prof. Giuseppe Noia, da Universidade do Sagrado Coração de Milão; do prof. Carlo Bellieni, membro da Academia Pontifícia para a Vida; de Ettore Gotti Tedeschi, presidente do Instituto para as Obras Religiosas (IOR) e destacado economista; e de monsenhor Ignacio Barreiro, da Human Life International.

Constance Miriano, autora do livro “*Case-se e seja submissa*” e coordenadora da associação «Silent No More Awareness» nos Países Baixos, participou dando seu depoimento.

* Enviada em 31 de Maio, 2012.

A conferência apresentou dados do estudo-piloto Y-VarViac (*Youth-Value Related Vision on Abortion and Contraception*, ou Visão sobre aborto e contracepção em relação com o valor Juventude), iniciado por pesquisadores da Faculdade de Bioética do Regina Apostolorum, destinado a explorar os conhecimentos e as escalas de valor sobre as questões do início da vida a partir de uma grande amostra de jovens do ensino médio.

Entre os resultados mais relevantes dos dados preliminares, aparece a sobrevalorização da possibilidade de gravidez numa única relação sexual. De acordo com as informações dos autores do estudo, os jovens acreditam que uma relação sexual apresenta 70% de possibilidade de levar a uma gravidez, número que é 20 vezes maior do que a possibilidade real.

Além da confiança exagerada na capacidade da pílula do dia seguinte para evitar a gravidez, este resultado explica em parte a alta procura dessas pílulas por parte da população mais jovem.

De acordo com os professores Leonardo Macróbio e Renzo Puccetti, responsáveis pela pesquisa, é significativo que, entre as meninas que já tomaram a pílula do dia seguinte, dois terços se digam contrárias a produtos que possam interferir mesmo que potencialmente na implantação do embrião. É um dado que, se confirmado, levanta sérias dúvidas sobre a integridade das informações fornecidas na prescrição da pílula, e se torna ainda mais preocupante quando se considera que esta oposição é manifestada por pelo menos metade das raparigas.

Na era da globalização, é cada vez mais importante, mas também mais difícil, navegar nestas questões sem se perder no mar de possibilidades que surgem. O Departamento de Bioética pretende oferecer um serviço para aqueles que precisam de uma “bússola” para navegar nesta matéria, tanto para entender melhor as questões em debate quanto para dar um encaminhamento àqueles que atuam na área da saúde humana.

A FAMÍLIA RESPOSTA HISTÓRICA ÀS CRISES*

A APFN – Associação Portuguesa das Famílias Numerosas, promoveu uma reflexão e debate aberto sobre as questões demográficas que afectam o país. Aconteceu no Auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.

A APFN foi formalmente constituída em 1999 e integra famílias com três ou mais filhos. Acredita e defende os valores da família, contando actualmente com mais de 10.000 associados.

Portugal é, em termos demográficos, o segundo pior país do mundo a seguir à Bósnia, com um Défice Demográfico que dura há 30 anos.

Esta é uma questão estrutural que afecta o crescimento económico e a sustentabilidade do estado social.

Contudo, o Futuro decide-se hoje. As condições que o país vai ter dentro de vinte anos decidem-se hoje. Urge tomar medidas que permitam que Portugal inverta o trajecto actual.

A APFN – Associação Portuguesa das Famílias Numerosas, em reflexão, num debate aberto com um conjunto de especialistas em questões demográficas, sociológicas e económicas propuseram uma conferência para identificar as soluções e as medidas a adoptar, avaliando o seu impacto económico no curto e médio prazo.

A APFN pretende, com a sua actividade, mudar as mentalidades e as políticas relativamente à família e transformar o actual cenário de inverno demográfico que, se não for alterado, conduzirá à insustentabilidade económica e social do país.

A APFN acredita na família como a solução do futuro e enquanto resposta histórica em todos os momentos de crise. Está convicta que o país precisa de mais crianças e jovens mas também precisa que essas crianças e jovens possuam as competências suficientes

* Enviado por *ZENIT.org* – 25 de Maio, 2012

para enfrentar os desafios do Futuro. O lema da APFN é apostar na família é construir o Futuro.

FAMÍLIA – FUTURO DA VIDA HUMANA*

“Sem a família não há futuro”: esta afirmação drástica do secretário de Estado vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, foi a base do seu discurso na conferência “Família, factor de crescimento”, na célebre Sala da Loba no Palácio Montecitorio.

O cardeal convidou o poder legislativo a “proteger a família”, a garantir que os pais transmitam aos filhos os seus valores morais e a “promover mais facilidades” para os filhos que cuidam de pais idosos ou doentes.

Promovido pelo Intergrupo Parlamentar para a Subsidiariedade, a conferência foi uma oportunidade de dirigir o olhar para o VII Encontro Mundial das Famílias, a realizar em Milão de 28 de Maio a 3 de Junho, com o tema “A Família: o Trabalho e a Festa”.

Este tema do encontro, segundo o cardeal Bertone, destaca “três aspectos fundamentais da vida diária de cada pessoa”, que dão origem a “dois aspectos constitutivos da experiência humana: a unidade da pessoa e o seu *estar-em-relação*”.

O trabalho, prosseguiu o secretário de Estado, “deve ser protegido” porque “faz parte da pessoa humana”. A perda de emprego, de facto, “vai muito além da perda de salário, porque vem muitas vezes acompanhada de crises de vida, envolvendo família e ameaçando o equilíbrio”.

A constituição da República Italiana, conforme o cardeal recordou, eleva o trabalho “ao patamar de dignidade e fundamento institucional da República”. No entanto, ele “pode escapar da regulação e ser causa de exploração ou alienação do povo”, chegando a privar

* Enviado por *ZENIT.org* – 16 de Maio, 2012.

o homem “do descanso, da comunhão familiar, da dimensão festiva da família”.

Trabalho-descanso-festa, continuou o cardeal, são “factores de coesão e crescimento social e interno da família”. Neste sentido, o trabalho “não pode ser vivido sem o aspecto festivo” e sem o descanso, que “deve gozar de requisitos de humanização e de ética para potencializar o bem-estar social”.

O discurso do cardeal centrou-se depois na família como “comunidade natural fundada no matrimónio, que a Igreja sempre apresentou como lugar de encontro relacional, de enriquecimento mútuo e de pacto entre gerações”.

Há, porém, “alguns factores problemáticos da sociedade moderna” que determinam a urgência de proteger esta célula fundamental. Entre eles, Bertone indicou “a primazia do individual, a diferença relacional entre homens e mulheres a respeito do passado, a clara separação entre o público e o privado como se a pessoa não fosse sempre a mesma”.

A família, no entanto, “não é um bem à disposição da nossa vontade, como se pudéssemos manipulá-la de acordo com os acontecimentos ou com a sensibilidade de cada momento”.

O cardeal recordou a exortação apostólica *Familiaris Consortio*, de João Paulo II, um precioso documento do Magistério da Igreja de 1981, dedicado à família como “comunhão de amor e de vida, baseada no matrimónio entre um homem e uma mulher”.

“Na sua reciprocidade sponsal frutífera”, disse o secretário de Estado, o homem e a mulher são “uma unidade dos dois”, a quem Deus confiou “não só a procriação, mas o próprio edifício da história”, como escreveu João Paulo II em sua *Carta às mulheres*, de 1995.

“A família é o lugar onde a vida humana nasce e onde as crianças crescem e são educadas; lugar privilegiado onde se adquirem os valores fundamentais da solidariedade, da responsabilidade mútua e do compromisso abnegado para com o outro”.

“A paz e a coesão social, tão desejadas pela comunidade civil, assentam sobre o fundamento da família”, acrescentou o cardeal, citando que a constituição italiana declara: “A República reconhece os direitos da família como sociedade natural fundada no matrimônio”.

“Estruturas familiares boas, portanto, são a maneira mais eficiente de garantir uma sociedade estável e solidária”, e, em seu apoio, o Estado deve dedicar “atenção especial às medidas económicas e às leis e regulações *ad hoc*”.

“É desejável que o sistema jurídico proteja a família como instituto do bem comum do ser humano. Mesmo nas dificuldades económicas actuais, [...] o compromisso do casal de apoiar-se, de amar-se, de procriar e de educar os filhos deve ser reconhecido pelo Estado”.

O cardeal voltou depois o pensamento a outro ponto fundamental: o direito dos pais de educar seus filhos. “A família é o lugar privilegiado da primeira e fundamental experiência do amor que as crianças têm, ou pelo menos deveriam ter, com os seus pais”, disse ele. “Outras instituições apoiam esta missão, mas não podem substituí-la. Portanto, é essencial que o Estado garanta aos pais a oportunidade, especialmente na área ética e religiosa, de transmitir aos filhos os seus valores morais”.

Neste sentido, é fundamental o direito à liberdade religiosa, “que garante, por parte das autoridades, o respeito às crenças dos pais” e “não força a criança a ensinamentos contrários a essas crenças”. O mesmo vale para a educação sexual, “que não pode ser limitada a simples factores biológicos, mas deve incluir, para ser verdadeiramente humana, os aspectos éticos, tendo em vista o pleno exercício da responsabilidade”.

Não só os pais, mas as crianças também têm direitos, e “a Santa Sé está comprometida a protegê-los”, disse o cardeal. Primeiro, o direito de ter “um pai e uma mãe com quem poder relacionar-se desde a infância; duas figuras complementares, que se amam e amam

os filhos, de modo a conquistar uma identidade clara e sólida, uma personalidade madura e realizada”.

“Nem todo o desejo de ter um filho é um direito”, explicou o cardeal, referindo-se às discussões sobre a adopção. “O bem da criança é fundamental em qualquer decisão”, e este princípio aplica-se também à regulação “dos tristes casos de separação de casais”.

Referindo-se ao vínculo entre as gerações, o cardeal mencionou a “geração dos avós, de todas aquelas pessoas idosas que encontram na comunidade da família não só o apoio, mas também o afecto, o respeito e a atenção que merecem”.

“Numa sociedade em que não poucas pessoas sofrem de solidão, não se deve esquecer a influência positiva dos laços familiares fortes”, disse o cardeal, acrescentando que é tarefa da política “promover mais facilidades para os filhos que tomam conta de seus pais, idosos ou doentes, reconhecendo o seu compromisso como uma contribuição essencial para o bem comum”.

O pensamento conclusivo foi voltado às mulheres, “significativa e imprescindível presença na família”, graças à sua tarefa específica da maternidade. O perigo a ser evitado, disse o cardeal, é que, “precisamente por serem mães, elas acabem penalizadas no âmbito do trabalho”. A verdadeira promoção da mulher “requer um trabalho estruturado, de forma que ela não tenha que pagar o seu crescimento profissional com o abandono da sua especificidade, em detrimento da família, na qual ela exerce um papel insubstituível como mãe”.

(Salvatore Cernuzio)

FAMÍLIA NA EUROPA*

Para a Caritas Europa, é “inaceitável” que a Comissão Europeia faça vista grossa ao facto de vários Estados-Membros da união ainda não se terem ajustado às directrizes sobre a reintegração familiar.

O comunicado foi divulgado em Bruxelas conjuntamente pela associação e por outras 19 ONGs.

Segundo o comunicado, a Comissão está consciente da situação desde 2008, quando um relatório de avaliação chamou a atenção para a falta de implementação da directiva do bloco. A Caritas Europa pede que a Comissão Europeia lance processos por infracção contra os Estados-Membros que ainda não se adaptaram às normas europeias.

O comunicado refere-se em particular às burocracias relacionadas com a reintegração familiar, à proporcionalidade das medidas de integração e das condições materiais adicionais, e das provas requisitadas aos beneficiários de protecção internacional.

“A Caritas Europa considera a família um valor inalienável que corresponde às exigências mais profundas e à dignidade da pessoa. A reintegração familiar é um direito protegido pelo artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e pelo artigo 7º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, recorda o comunicado.

A organização pede que a Comissão Europeia e os Estados-Membros considerem os seguintes oito pontos:

- remover obstáculos práticos à reintegração familiar;
- tornar a duração do processo o mais curta possível;
- avaliar a proporcionalidade e o acesso às medidas de reintegração familiar;
- transformar igualdade e proporcionalidade nos princípios norteadores de qualquer condição material ou de habitação;
- os beneficiários de protecção subsidiária devem ter os mesmos direitos que favorecem os refugiados;
- esclarecer que o limite mínimo de idade para o casamento deve ser a maioridade e reavaliar como combater os casamentos forçados;
- esclarecer a definição de membros da família e de parentes dependentes que têm direito à reintegração familiar com base na proporcionalidade e na não-discriminação;

- garantir o acesso às autorizações de residência para o trabalho autónomo ou independente.

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS MÉDICOS CATÓLICOS (FEAMC)

Entre 14 e 18 de Novembro deste ano terá lugar em Roma o próximo Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos (FEAMC) em conjunto com o Congresso da Federação Italiana (AMCI). Uma das razões fundamentais da organização na capital italiana desta reunião trianual dos médicos católicos da Europa foi o desejo expresso pelo Santo Padre de conceder uma audiência aos congressistas e aos seus acompanhantes durante a qual proferirá uma comunicação oficial no sábado, dia de 17 de Novembro. O congresso terá lugar nas instalações da Università Cattolica del Sacro Cuore (estação do metro “Gemelli” na linha de Transtevere a Viterbo).

O Congresso subordinar-se-á ao tema “*A Bioética e a Europa Cristã*”. O programa tem seis sessões dedicadas aos seguintes temas: 1 – *As raízes e as concepções cristãs da Bioética na Europa*; 2 – *A objecção de consciência na Europa - mesa redonda*; 3 – *Os temas gerais da Bioética*; 4 – *Questões sobre o início e o fim da vida humana*; 5 – *A repartição justa dos recursos em cuidados de saúde*; 6 – *Questões múltiplas ligadas ao conhecimento científico e à globalização*.

Durante o congresso haverá conferências, mesas redondas, comunicações orais e sessões de posters. Estão incluídos no programa a organização de um simposio paralelo dedicado aos jovens médicos, aos internos e aos estudantes de medicina; um simposium ***Prolife*** (com intervenções dedicadas à “*Dignidade da Vida Humana*”, à “*Ideologia do Género*”, à “*Eutanásia Pré e Post Natal*”). Num dos

dias da reunião estão agendadas as Assembleias Gerais da Federação Europeia (FEAMC) e da Associação Italiana (AMCI). Neste número da Acção Médica poder-se-á encontrar o programa definitivo do Congresso e outras informações úteis. Durante o congresso estão programadas visitas acompanhadas ao Museu do Vaticano, à Capela Sistina, à Vila Borghese e a outros pontos de interesse da cidade de Roma.

Neste número publicamos o programa definitivo do Congresso e algumas informações úteis. A Associação dos Médicos Católicos Portugueses proporá oportunamente aos interessados um programa de viagem e estadia (informações - email: a.laureano@netcabo.pt).

CONGRESS FEAMC-AMCI

Rome, 15-18 November 2012

www.amci-feamc2012.org
(20th June 2012)

Theme : "Bioethics and christian Europe"

Venue : Aula Magna dell'Università Cattolica del Sacro Cuore, Largo Francesco Vito, 1 - 00168 Roma

Languages : Italian, French, English (*simultaneous translation*)

Oral Presentations

- Strictly limited to 20 minutes, discussion after every 3 or 4 papers
- The full texts of presentations (*for the interpreters and the Acta of the Congress*), and of summaries (*distributed at the Congress*) should be sent before 15th September

Posters

- Posters are welcome
- Size: 100 x 70 cm, horizontally
- Texts must be submitted to the Scientific Committee before 1st September 2012 :

Texts in Italian should be sent to Prof V. Saraceni : amci@amci.org

Texts in French or in English should be sent to Dr F. Blin : fblin@procl.com

CONGRÈS FEAMC-AMCI

Rome, 15-18 Novembre 2012

www.amci-feamc2012.org
(20 juin 2012)

Thème : "La Bioéthique et l'Europe chrétienne"

Lieu : Aula Magna dell'Università Cattolica del Sacro Cuore, Largo Francesco Vito, 1 - 00168 Roma

Langages : Italien, Français, Anglais (*traduction simultanée*)

Communications orales

- Strictement limitées à 20 minutes, discussion après 3 ou 4 présentations
- Les textes des communications (*pour les interprètes et le volume des actes du Congrès*), et, des résumés (*distribués au congrès*) doivent être envoyés avant le 15 septembre

Posters

- Les posters sont bienvenus
- Taille: 100 x 70 cm horizontalement
- Les textes doivent être soumis au Comité Scientifique avant le 1er septembre 2012 :

Les textes en Italien doivent être envoyés au Prof V. Saraceni : amci@amci.org

Les textes en Français ou en Anglais doivent être envoyés au Dr F. Blin : fblin@gmail.com

PROGRAMME**Wednesday 14 November**

- Late afternoon : FEAMC Board meeting (only for Board members)

Thursday 15 November

- 09.00 : FEAMC & AMCI General Assemblies
- 10.30 : Break

First Session : Christian roots and conception of Bioethics in Europe (Chairmen : *Dr Chiara Montovani, Dr Ian Jessiman*)

- 11.00 : (2) Science and Miracles - *Dr Alessandro de Franciscis, Italy*
- 11.20 : (3) Secular ethics and Christian ethics - *Prof. Francesco d'Agostino, Italy*
- 11.40 : (4) The dignity of human Life. Prospects in the light of Faith and Science - *Prof Jasenka Markeljevic, Croatia*
- 12.00 : (5) The originality of bioethical reflection in Europe - *Dr Ermanno Pavesi, Switzerland*
- 12.20 : Discussion
- 12.30 : Lunch

First Session : 2nd Part (Chairmen : *Dr Rudolf Gierler, Prof Domenico Di Virgilio*)

- 14.30 : (1) Faith and Bioethics - *Card. Giuseppe Versaldi, Italy*
- 14.50 : (7) Biotechnology and Bioethics, as fruits of Christian Europe - *Prof Hanna-Barbara Gerl-Falkovitz & Prof Hans-Bernhard Waermeling, Germany*
- 15.10 : (8) Fifty years after II Vatican Council : the new evangelization and Medicine - *Prof Bernard Ars, Belgium*
- 15.30 : (9) European institutions and Bioethics - *Mgr Jacques Saundez, PAV, France*
- 15.50 : Discussion
- 16.10 : End of Session - Break

- 17.00 : Opening Ceremony conducted by FEAMC & AMCI Presidents. Greetings of the ecclesiastical and political authorities
- 18.00 : *Lectio Magistralis - HE Cardinal Dionigi Tettamanzi*
- 19.00 : Holy Mass
- 20.00 : Welcome Cocktail

PROGRAMME**Mercredi 14 novembre**

- Fin après-midi : Réunion de Bureau de la FEAMC (seulement pour les membres du Bureau)

Judi 15 Novembre

- 09h00 : Assemblées Générales FEAMC et AMCI
- 10h30 : Pause

Session 1 : Racines et conceptions chrétiennes de la bioéthique en Europe (Modérateurs : *Dr Chiara Montovani, Dr Ian Jessiman*)

- 11h00 : (2) Science et Miracles - *Dr Alessandro de Franciscis, Italie*
- 11h20 : (3) Éthique séculière, et Éthique chrétienne - *Pr Francesco d'Agostino, Italie*
- 11h40 : (4) La dignité de la vie humaine - Perspectives à la lumière de la Foi et de la science - *Pr Jasenka Markeljevic, Croatie*
- 12h00 : (5) Originalité de la réflexion bioéthique en Europe - *Dr Ermanno Pavesi, Suisse*
- 12h20 : Discussion
- 12h30 : Déjeuner

Session 1 : 2e partie (Comodérateur : *Dr Rudolf Gierler*)

- 14h30 : (1) Foi et bioéthique - *Card. Giuseppe Versaldi, Italie*
- 14h50 : (7) La Biotechnologie et la Bioéthique, fruits de la Chrétienté européenne - *Pr Hanna-Barbara Gerl-Falkovitz & Pr Hans-Bernhard Waermeling, Allemagne*
- 15h10 : (8) Cinquante ans après Vatican II : Nouvelle évangélisation et Médecine - *Pr Bernard Ars, Belgique*
- 15h30 : (9) Les institutions européennes et la bioéthique - *Mgr Jacques Saundez, PAV, France*
- 15h50 : Discussion
- 16h10 : Fin de la Session - Pause

- 17h00 : Cérémonie d'Ouverture, menée par les Présidents de la FEAMC et de l'AMCI. Mots des autorités ecclésiastiques et politiques
- 18h00 : *Lectio Magistralis - SE Cardinal Dionigi Tettamanzi*
- 19h00 : Messe
- 20h00 : Cocktail de bienvenue

Fourth Session : 2nd Part (Chairmen : Pr Josef Marek, Prof Franco Splendori)

- 16.30 : (24) Demography of the elderly for the years 2020-2030. What bioethical problems shall we face? - *Prof Christian Brégeon, France*
- 16.50 : (25) End of life legislations in Europe - *Prof Yves-Marie Doublet, France*
- 17.10 : (26) Laws permitting euthanasia in Europe, and their drifts. Prevention of euthanasia - *Dr Hans Stevens, Netherlands*
- 17.30 : Discussion
- 17.45 : (27) Testimony - *Pr Walter Ouzwald*
- 18.00 : End of Session
- Concert

Saturday 17 November

- 08.00 : Holy Mass in St. Peter's Basilica celebrated by H.E. Mgr. Zygmunt Zymowski, President of the Council for Health Pastoral Care
- 11.00 : Audience with the Holy Father (for Congress participants and accompanying persons)
- 12.30 : Lunch, up to the participants

Fifth Session : For an equitable division of resources for health (Chairmen : Prof Fernando Gallappi, Dr Nilissa Walid)

- 14.30 : (28) For a health care culture at the service of the person - *Don Andrea Manto, Italy*
- 14.50 : (29) Ethical implications in the globalization process - *Prof. Vincenzo Saraceni, Italy*
- 15.10 : (30) Poverty in a rich country - How to give equitable medical care? - *Pr Klaus Baumann, Germany*
- 15.30 : (31) Solidarity and Medical Ethics - *Dr Gabor Fejerdy, Hungary*
- 15.50 : Discussion
- 16.00 : End of Session - Break

Sixth Session : Miscellaneous items (Chairmen : Dr. Fernando Garcia-Faria-Riolo, Prof Fausto Santusiano)

- 16.30 : (32) Post-humanism, cyborgs and personalistic bioethics - *Pr Jan Ducok, sj, Slovakia*
- 16.50 : (33) Ethical guidelines in clinical trials - *Dr Alfredo Anzani, Italy*
- 17.10 : (34) The doctor-patient relationship in our post-modern society : challenges and solutions - *Dr Javier Sanz-Larrea, Spain*
- 17.30 : (35) The neurobiology of consciousness - *Dr Massimo Gandolfi, Italy*
- 17.50 : Discussion
- 18.00 : End of Session
- Gala dinner

Session 4 : 2e partie (Modérateurs : Pr Josef Marek, Prof Franco Splendori)

- 16h30 : (24) Démographie des personnes âgées pour les années 2020-2030. A quels problèmes bioéthiques faut-il s'attendre? - *Pr Christian Brégeon, France*
- 16h50 : (25) Les législations sur la fin de vie en Europe - *Pr Yves-Marie Doublet, France*
- 17h10 : (26) Les lois autorisant l'euthanasie en Europe, et leurs dérives. Prévention de l'euthanasie - *Dr Hans Stevens, Pays-Bas*
- 17h30 : Discussion
- 17h45 : (27) Témoignage - *Pr Walter Ouzwald*
- 18h00 : Fin de la Session
- Concert

Samedi 17 novembre

- 08h00 : Messe à la Basilique St-Pierre célébrée par SE Mgr Zygmunt Zymowski, Président du Conseil Pontifical pour la pastorale de Santé
- 11h00 : Audience du Saint-Père (pour les Congressistes et les accompagnants)
- 12h30 : Déjeuner libre

Session 5 : Pour une répartition équitable des ressources de santé (Modérateurs : Prof Fernando Gallappi, Dr Nilissa Walid)

- 14h30 : (28) Pour une politique de santé au service de l'homme - *Don Andrea Manto, Italie*
- 14h50 : (29) Implications éthiques du processus de globalisation - *Prof. Vincenzo Saraceni, Italie*
- 15h10 : (30) La pauvreté dans un pays riche - Comment être équitable en matière de soins? - *Pr Klaus Baumann, Allemagne*
- 15h30 : (31) Solidarité et éthique médicale - *Dr Gabor Fejerdy, Hongrie*
- 15h50 : Discussion
- 16h00 : Fin de la Session - Pause

Session 6 : Divers (Modérateurs : Dr Fernando Garcia-Faria-Riolo, Prof Fausto Santusiano)

- 16h30 : (32) Post-humanisme, cyborgs et bioéthique personaliste - *Pr Jan Ducok, sj, Slovaquie*
- 16h50 : (33) Orientations éthiques dans les essais cliniques - *Dr Alfredo Anzani, Italie*
- 17h10 : (34) La relation médecin-malade dans notre société post-moderne : défis et solutions - *Dr Javier Sanz-Larrea, Espagne*
- 17h30 : (35) Neurobiologie de la conscience - *Dr Massimo Gandolfi, Italie*
- 17h50 : Discussion
- 18h00 : Fin de la Session
- Dîner de Gala

ACÇÃO MÉDICA HÁ 50 ANOS

O fascículo correspondente a Abril-Junho de 1962, último número do 26º ano de publicação da nossa revista, abre com uma cuidada análise do “Movimento demográfico e o problema económico”, da autoria de João Porto. O ilustre professor de Coimbra trata, de forma clara e didáctica, dos três factores mais importantes para a demografia, ou seja a natalidade, a mortalidade e o movimento migratório, apresentando números respeitantes a 12 países europeus, a 3 das Américas, ao Japão e à África do Sul, tomando como anos de referência 1938, 1948, 1950, 1955 e 1959. De modo geral (e de forma marcada para Portugal), a mortalidade diminuiu, mantendo-se a natalidade, o que conduziu a um acréscimo do excedente demográfico. Todavia, em 1959 eram já evidentes as diferenças entre Portugal, Espanha, Estados Unidos em relação aos países do Norte e Centro da Europa, no que concerne à natalidade, muito mais elevada naqueles países. A conclusão é a de que o progresso social e económico é acompanhado de redução da natalidade, mesmo quando não exista contraceção generalizada (o recente caso do Brasil ilustra esta tese, já que neste País a natalidade decresceu muito, antes de estarem disponíveis os contraceptivos). O aumento do número de idosos e as consequências médicas, sociais e económicas deste facto são igualmente abordadas. O Autor faz notar que só aos casais compete estabelecer e regular a sua procriação e que não é o Estado quem deve intervir nesta magna questão; mas ao Estado incumbe criar as condições para que as famílias possam ter os filhos que dese-

jam ter, decisão que deve ser tomada em consciência e com respeito pela moral natural e pela observância da doutrina da religião que as pessoas professem. Hoje, em que o excedente demográfico, no caso português, se reduziu a zero (e em que o factor compensador da imigração poderá ser anulado pela crescente emigração), a leitura desta análise torna-se particularmente elucidativa.

No âmbito das conferências organizadas pela Acção Católica, realizou-se uma sessão de estudo dedicada ao tema “O caso desesperado”. Foram relatores os Professores Guillermo Nuñez, da Faculdade de Medicina da Universidade de Madrid, e Augusto Vaz Serra, da Faculdade de Coimbra. O primeiro ocupou-se sobretudo da atitude do médico perante o caso clínico desesperado, ou seja, com prognóstico seguramente fatal, para defender o recurso a todos os meios disponíveis para “lutar contra a morte”, rejeitando liminarmente uma atitude mais expectante, que aproximou da eutanásia, naturalmente rejeitada. Mais matizada a posição de Vaz Serra, que com apurada sensibilidade humana, típica de um grande clínico, afirma que não há casos desesperados, já que a esperança não deve desertar nem do doente nem do médico – já não a esperança de sobrevida a longo prazo, mas a de um ocaso sereno, em paz consigo e com o mundo. Nesta fase, é fundamental que o médico dedique tempo e atenção ao doente, pois há muito que fazer quando já não há nada a fazer (“pondere-se no bem estar que se pode levar a estes doentes com a cama limpa, a mobilização, a posição sentada, as massagens, a exonerção intestinal, os hipnóticos e acima de tudo com a medicação antálgica”).

Os pequenos cuidados de que o doente necessita não lhe podem ser negados, “trazem-lhe um número importante de pequenas felicidades”. As questões da verdade, da espiritualidade, da relação com a família são ainda abordadas neste excelente artigo, que prefigura o que hoje sabemos, e amplamente se divulga, acerca dos

cuidados paliativos: não existia o termo, mas Vaz Serra conhecia e expõe o conceito.

O último artigo é uma curiosa revisão bibliográfica acerca do “Hipnotismo”, da autoria do então Assistente da Faculdade de Lisboa (que viria a ser Professor e Presidente da nossa Associação) Manuel Júdice Halpern.

Relatos da “Vida Associativa” e o “Panorama das Ideias”, recensões de livros e as “Sínteses Médicas Trimestrais” fecham este número.

Walter Osswald

ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXVI, Nº 2, Junho 2012

RESUMOS

- ABERTURA: A Família, o Trabalho e a Festa – A. LAUREANO SANTOS** 5
As sociedades ocidentais vivem numa crise que persiste com sinais de não abrandar nos tempos próximos, na qual as promessas de uma sociedade mais harmoniosa, mais próspera e mais justa parecem soçobrar. A presença do Santo Padre na reunião sobre a Família foi um sinal de renovação dos sinais de Esperança.
- A família combate a crise**-Salvatore CERNUZIO 7
A Academia Internacional para o Desenvolvimento Económico e Social (AIESES) organizou na Câmara dos Deputados italiana um congresso em que participaram numerosas instituições italianas, religiosas e laicas sobre a família e o combate à crise actual. O Vice-Presidente da Câmara dos Deputados definiu a família como o primeiro e mais importante amortecedor da crise económica.
- Família e vida humana**-Cláudio Lemos FONTELES 11
O antigo Sub-Procurador Geral da República do Brasil, nomeado pelo Presidente Lula da Silva, propõe os argumentos em que fundamentou o seu parecer sobre a inconstitucionalidade da lei que permitiria a utilização das células do tronco de origem fetal para fins terapêuticos na unicidade essencial do ser humano desde a fusão das duas células primordiais até à sua morte natural.
- A família não morreu**-Andreia POSSIERI 14
A palavra do Santo Padre tem denunciado nos últimos anos os ataques à Família presentes em numerosos aspectos das sociedades contemporâneas. Sobretudo a partir dos anos 60 numerosos sectores, inspirados nas posições anti-institucionais, anti-hierárquicas e libertárias do movimento de Maio de 1968, afirmavam a oposição dos filhos contra os seus pais, dos jovens contra os mais velhos, dos alunos contra os professores e da sociedade contra as instituições.. Estas posições encontraram eco noutros movimentos sociais e em numerosos sectores da comunicação social. Porém, a Família tem conseguido evoluir e adaptar-se às profundas mudanças sociais, políticas e económicas nas sociedades contemporâneas.

- Família – o teste definitivo** - João CÉSAR DAS NEVES 19
 A família é o mote dos temas fracturantes do nosso tempo. As leis anti-família mantêm-se intocadas promovendo o subsídio ao aborto, minando o casamento, prejudicando as famílias numerosas, anulando a liberdade educativa. Na discussão destes temas é preciso ter opiniões claras e firmes e ter a certeza que a verdade triunfará, deixando embora uma pesada herança de famílias desfeitas, de luxúria, de solidão e de amargura. As próximas gerações apreenderão depressa esta triste lição.
- Família e natalidade – a mais grave das crises** - Pedro Vaz PATTO 22
 Vai havendo uma consciência de que o problema estrutural mais grave que se abate sobre a Europa e sobre o Nosso País, comprometendo gravemente o futuro colectivo, é a questão da crise demográfica. Todas as medidas legislativas timidamente propostas pelos governos são insuficientes. A imigração constitui um falso caminho. As soluções apenas podem residir nos planos da cultura e das mentalidades tomando a família como um projecto pessoal e colectivo duradouro e estável.
- Família, casamento e homossexualidade** - Pe. John FLYNN, LC 25
 Neste texto referem-se vários factos da sociedade britânica contemporânea que documentam a discriminação a que os cristãos estão sujeitos na vida pública. Há também alguns sinais em sentido contrário como o da publicação de uma série televisiva no Canal 4 da BBC sobre a vida dos cristãos e o aumento das vocações nos seminários da Inglaterra e de Gales.
- Família e homofilia: A opressão sobre o casamento e a família** - Donata FONTANA 29
 Apesar de não ter competência directa sobre estes temas, a agenda da União Europeia, pressionada pelo grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros), insiste na terminologia e numa lista de conselhos sobre a legislação no sentido da igualização das uniões homossexuais e heterossexuais, julgando como contrária aos direitos humanos a impossibilidade de adopção de crianças por homossexuais.
- Família e evolução** - Lucetta SCARAFFIA 32
 A generalização imprópria do conceito darwiniano da evolução em biologia facultou um quadro conceptual da evolução continua da sociedade humana e das suas instituições. Se a Família é apenas uma forma de agregação dos seres humanos e se lhe é recusado o papel fundacional das sociedades e a plataforma da transmissão da cultura e dos valores, caímos no conceito evolucionista da prevalência dos mais fortes e dos mais adaptados.

Família ou “famílias”? – Isilda PEGADO 39

O debate sobre a essência da família tem sido um acto deliberado (ideológico) de quem pretende eliminar a Família enquanto corpo social intermédio. Bento XVI di-lo com toda a clareza: «a mentalidade utilitarista tende a estender-se também às relações interpessoais e familiares, reduzindo-as a convergências precárias de interesses individuais e minando a solidez do tecido social”. Mas a realidade que é necessário promover é outra: a vida familiar é a primeira e insubstituível escola das virtudes sociais, tais como o respeito pelas pessoas, a gratuidade, a confiança, a responsabilidade, a solidariedade, a cooperação.

Família e vida – factos históricos – Mons. Vitaliano MATTIOLI 42

O autor faz uma breve passagem sobre a importância dada à Família nas diferentes culturas e civilizações, acentuando o valor do direito romano, que foi a base do direito actual. Mas é muito interessante que, mesmo nas culturas mais antigas, a intenção de viverem juntos devia ser permanente, isto é, no momento do casamento as pessoas tinham que exprimir a vontade de permanecerem juntas por toda a vida, embora o divórcio fosse aceite excepcionalmente. Quanto aos chamados “casamentos” homossexuais simplesmente eram proibidos em todas as civilizações, embora fosse tolerada a situação homossexual. Por fim, o autor refere-se à doutrina da Igreja Católica, que afinal seguiu de perto o direito romano.

ARQUIVO**Sexo, casamento e Família – Congregação para a Doutrina da Fé 51**

Foi publicado há pouco nos Estados Unidos um livro intitulado «Just Love. A Framework for Christian Sexual Ethics», da autoria da Irmã Margaret A. Farley, pertencente às Sisters of Mercy of the America. Depois de várias tentativas para que fossem corrigidos erros graves contidos no livro, a Congregação para a Doutrina da Fé acabou por ter de publicar uma NOTIFICAÇÃO, que transcrevemos, tal como foi publicada em «L'Osservatore Romano», em 9 de Junho corrente.

O darwinismo sob diversos pontos de vista – Fiorenzo FACCHINI 60

Uma teoria científica, enquanto teoria, deve ser apenas um caminho de investigação. Não é admissível, por nenhum motivo, que ela entre pelo caminho da realidade transcendente, transformando a teoria em ideologia. Foi e é o caso do evolucionismo de Darwin, que passou a servir de base para uma ideologia materialista, negando toda a transcendência. O autor mostra os diferentes caminhos possíveis, sem que seja posta em causa a existência de Deus como Criador e a atitude reducionista e totalizadora de uma teoria evolucionista que entra abusivamente em campos que não fazem parte das ciências exactas.

O Encontro das Famílias em Milão – <i>selecção parcial e adapt.</i> , J. BOLÉO-TOMÉ	66
O VII Encontro Mundial das Famílias, que decorreu em Milão 30 de Maio a 3 de Junho, reuniu mais de um milhão de pessoas, e teve como tema «Família, Trabalho, Festa». Tinha sido apresentado oficialmente em 22 de Maio. Durante o Encontro mundial realizaram-se igualmente sessões de trabalho, salientando o papel da Família como escola para aprender o significado do trabalho, e sobre a importância primordial da educação.	
A Família em África – Thacio SIQUEIRA/A. M.	72
No 10º aniversário da Federação Africana de Acção Familiar realizou-se um simpósio em Cotonou (Benin), com o objectivo de estudar a Família como célula social fundamental. Foi salientado que destruir a Família é destruir a sociedade, e é isso que está a acontecer em África.	
Jerôme Lejeune: um defensor da vida humana – A. LAUREANO SANTOS	75
Em Abril de 2012 encerrou-se o processo diocesano de beatificação de Jérôme Louis Marie Lejeune na Basílica de Notre Dame de Paris. O Prof. Lejeune foi médico pediatra, cientista de renome mundial e professor de Genética Humana na Universidade Necker de Paris. Descreveu o quadro cromossómico da síndrome de Down. Foi um médico cristão que dedicou toda a sua vida clínica, de cientista e de professor à defesa da vida e do embrião humano.	
NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS	89
Ter mais filhos melhora as relações humanas e sociais; I U. E. financia associações abortivas; I Família e Vida Humana (Apresentação de um estudo sobre a importância da Vida entre os jovens, a propósito do exemplo de Chen Guangcheng); I Família, resposta histórica às crises (Debate promovido pela APFN e realizado na Fundação Gulbenkian, tendo por tema as questões demográficas que afectam o País); I Família, futuro da vida humana (notícia da Conferência promovida pelo Intergrupo parlamentar para a subsidiariedade, em Roma); I A Família na Europa (comunicado da Caritas-Europa + 19 ONGs sobre o abandono da família pela Comissão Europeia); Congresso da FEAMC (notícia sobre o Congresso Europeu, em Novembro próximo).	
“ACÇÃO MÉDICA” HÁ 50 ANOS	106
RESUMOS	109

NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- ✓ Dra. Ana Maria Penhor José da Costa | PORTALEGRE
- ✓ Dra. Filipa Alexandra de Macedo Peixoto Pereira | VISEU
- ✓ Dr. José Pedro Canelas Ladeira de Figueiredo | PORTALEGRE
- ✓ Dr. Vitor Manuel dos Santos | COVILHÃ
- ✓ Dr. Jorge Joaquim Vicente Silva | FARO
- ✓ Dra. Maria Alice Bacelar de Azevedo Menezes | PORTO

SÓCIOS FALECIDOS

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados.

- ✓ Dr. José Cardoso da Silva | PORTO
- ✓ Dr. António José Amorim Robalo Cordeiro | COIMBRA

Às famílias enlutadas a Associação dos Médicos Católicos Portugueses manifesta o seu pesar.